

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Macroeconomia e Relações Econômicas Internacionais (P/ABIN (Oficial de Inteligência - Área 2))

Professor: Heber Carvalho

AULA 00 – Macroeconomia. Contas Nacionais. Os conceitos de renda e produto. Gastos e receitas do governo. Contas Nacionais do Brasil

Sumário

Introdução: o que é Macroeconomia?	7
1. CONTAS NACIONAIS	13
1.1 PRODUTO (P)	14
1.2 RENDA (Y)	16
1.3 CONSUMO	18
1.4 POUPANÇA (S)	19
1.4.1 Poupança do setor privado (S_p)	19
1.4.2 Poupança do governo (S_G)	19
1.4.3 Poupança externa (S_{EXT})	21
1.4.4 Poupança interna (S_{INT})	24
1.5 INVESTIMENTO (I)	25
1.5.1 Investimento bruto (IB) x líquido (IL)	26
1.6. DESPESA ou DEMANDA (DA)	27
1.7. ABSORÇÃO INTERNA (AI)	31
1.8. IDENTIDADES MACROECONÔMICAS FUNDAMENTAIS	31
1.8.1. PRODUTO=RENDA=DESPESA	31
1.8.2. INVESTIMENTO=POUPANÇA	32
1.9 DÉFICIT PÚBLICO (DP)	33
1.10 DIFERENTES CONCEITOS DE PRODUTO	34
1.10.1. Produto INTERNO X NACIONAL	34
1.10.2. Produto BRUTO X LÍQUIDO	35
1.10.3. Produto a PREÇOS DE MERCADO $_{PM}$ X a CUSTOS DE FATORES $_{CF}$	36
1.10.4. PIB $_{PM}$	37
1.11. MENSURANDO O PIB	37
1.11.1. Ótica do produto	37
1.11.2. Ótica da renda	39
1.11.3. Ótica da despesa	41

1.13. CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA e LÍQUIDA	42
1.14. PROBLEMAS COM O USO DO PIB	43
BIZÚS E MEMENTO	44
QUESTÕES COMENTADAS	46
LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS	68
GABARITO	75

Olá caros(as) amigos(as),

É com grande satisfação que lançamos este curso de **Economia formatado especialmente para atender às necessidades daqueles que se preparam para o concurso de ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), cargo Oficial de Inteligência – Área 2**. Saiu o edital e agora é hora de foco total!. Ao concursar, cabe estudar para estar bem preparado, temos uma boa oportunidade, pois a carreira é excelente, e o salário também é muito bom.

Nosso curso será totalmente focado para a banca organizadora do concurso. Comentaremos, fundamentalmente, **questões do CESPE/Cebraspe**. Nesta aula demonstrativa, você poderá atestar isso. Ainda estamos coletando as questões desta banca, mas podemos afirmar que teremos, no mínimo, **500 questões comentadas** ao longo do curso (certamente, vamos ultrapassar esse número, mas, no mínimo, teremos essas 500 questões).

Para quem não me conhece, meu nome é Heber Carvalho, sou bacharel em Ciências Militares, formado pela AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Após pouco mais de 08 anos no Exército, fui aprovado no concurso para Auditor Fiscal do Município de São Paulo (AFTM-SP, 4º. Lugar), cargo que exerço nos dias de hoje atuando na fiscalização de instituições financeiras. Paralelamente, ministro aulas de Economia e matérias relacionadas (Economia do Trabalho, Economia Brasileira, Micro e Macroeconomia) em cursos preparatórios de São Paulo, no Eu Vou Passar e aqui no Estratégia Concursos. Também sou autor do livro “Microeconomia Facilitada”, pela Ed. Método.

E meu nome é Daniel Saloni, sou bacharel em Ciências Econômicas, formado pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Estou há cerca de dez anos no serviço público e atuei nos cargos de Agente da Fiscalização Financeira, no TCE-SP; Auditor Fiscal do Município de São Paulo (ISS-SP) e Agente Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo (ICMS-SP), cargo que exerço atualmente.

Falemos um pouco sobre o **conteúdo** e a **metodologia de nosso curso**, começando pelo primeiro. Conforme veremos a seguir, em detalhes, o conteúdo programático exigido no concurso é bastante extenso, incluindo os principais temas da **Macroeconomia** e de **Economia Internacional**. Vejam que é muita coisa. Segue o conteúdo programático:

ÁREA 2 1 MACROECONOMIA. 1.1 Contabilidade Nacional. 1.1.1 Conceitos de produto e renda nacional e suas formas de mensuração. 1.1.2 Produto nominal x produto real. 1.1.3 Produto e renda das empresas e das famílias. 1.1.4 Gastos e receitas do governo. 1.1.5 Balanço de pagamentos. 1.1.6 Contas Nacionais do Brasil. 1.1.7 Conceito de deflator implícito da renda. 1.1.8 Conceitos alternativos de déficit público. 1.1.9 As contas do sistema financeiro e o multiplicador bancário. 1.2 Política Monetária e Fiscal. 1.2.1 Funções da moeda. 1.2.2 Criação e distribuição de moeda pelos bancos comerciais. 1.2.3 Taxa de redesconto, reservas obrigatórias, gerências da dívida pública. 1.2.4 Demanda da moeda. 1.2.5 Papel do Banco Central. 1.2.6 Política monetária. 1.2.7 Mercado de crédito, mercado de capitais, instrumentos de cobertura de riscos, regulamentação e supervisão. 1.2.8 Sistema financeiro brasileiro. 1.2.9 Equivalência Ricardiana. 1.3 Modelo IS x LM x BP. 1.4 Oferta e demanda agregadas 1.4.1 Modelo de oferta e demanda agregada, inflação e desemprego. 1.4.2 A função demanda agregada. 1.4.3 As funções de oferta agregada de curto e longo prazo. 1.4.4 Efeitos da política monetária e fiscal no curto e longo prazo. 1.4.5 Choques de oferta. 1.4.6 Inflação e emprego. 1.4.7 Determinação do nível de preços. 1.4.8 Introdução às teorias da inflação. 1.5 Curva de Phillips. 1.5.1 Expectativas adaptativas e racionais. 1.5.2 Rigidez de preços e salários. 1.5.3 Teoria dos Ciclos Reais e Modelos Novos Keynesianos. 1.5.4 Equação de Fisher. 1.6 Teorias de crescimento econômico 1.6.1 Modelo de Solow. 1.6.2 Crescimento endógeno. 1.6.3 Decomposição (contabilidade) do crescimento. 1.6.4 Instituições e crescimento. 1.6.5 Capital humano. 1.6.6 Poupança, crescimento populacional, inovações tecnológicas e o crescimento econômico. 1.6.7 “A regra de ouro”. 1.7 Investimento e consumo. 1.7.1 Q de Tobin. 1.7.2 Teoria da Renda Permanente. 1.7.3 Ciclo de vida. 1.7.4 Restrição de Crédito. 1.7.5 Papel das expectativas. 1.7.6 O consumo e o investimento num modelo de escolha intertemporal. 1.7.7 A restrição orçamentária intertemporal das famílias. 1.7.8 A restrição orçamentária intertemporal do governo e a equivalência ricardiana. 1.7.9 A restrição orçamentária intertemporal de uma nação e o endividamento externo.

4 RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS. 4.1 Teorias de Comércio Internacional. 4.1.1 Teorias clássicas, Neoclássicas e contemporâneas do comércio internacional: teorias explicativas do comércio de bens industrializados; produtividade do trabalho e a teoria ricardiana das vantagens comparativas; o papel das dotações relativas de fatores de produção. 4.1.2 Modelo Heckscher-Ohlin. 4.1.3 Novas teorias. 4.1.4 Modelo Venon e Linder. 4.1.5 Vantagens comparativas e ganhos do comércio internacional. 4.1.6 Escola Cepalina. 4.1.7 Concorrência imperfeita e comércio internacional. 4.1.8 Concorrência monopolista e a determinação dos padrões de comércio internacional; o comércio intrafirma e intrassetorial e suas implicações para o comércio internacional. 4.2 Efeitos do comércio internacional. 4.2.1 Equilíbrio em economias abertas: efeitos do comércio e de políticas protecionistas sobre a distribuição de renda, crescimento e desenvolvimento econômico, economias de escala, desenvolvimento tecnológico, formação de capital e padrões de consumo. 4.3 O Sistema de Comércio Internacional. 4.3.1 Origem e evolução. 4.3.2 Rodadas de negociação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e da Organização Mundial de Comércio (OMC). 4.3.3 Acordos regionais e os novos temas das negociações comerciais multilaterais. 4.3.4 O Brasil e as negociações comerciais internacionais. 4.4 Investimentos. 4.4.1 Acordos de investimentos e atração de investimentos diretos no país (IDP). 4.4.2 O ambiente de negócios e a atração de IDP. 4.4.3 A importância da internacionalização das empresas brasileiras para a economia do Brasil. 4.4.4 As agências e órgãos governamentais brasileiros de formulação, coordenação e implementação das políticas de comércio exterior. 4.5 História do Sistema Financeiro Internacional. 4.5.1 Padrão ouro. 4.5.2 Padrão dólarouro. 4.5.3 Sistema de Bretton Woods: instituições e funcionamento. 4.5.4 Mercados não regulados: euromonedas e “paraísosfiscais”; fim da conversibilidade do dólar. 4.5.5 Fundo Monetário Internacional (FMI). 4.5.6 Banco Internacional de Compensação (BIS). 4.5.7 Bancos regionais de desenvolvimento; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 4.5.8 Clube de Paris. 4.5.9 G-20 Financeiro. 4.5.10 Os Acordos de Basileia. 4.5.11 A nova Governança do Sistema Financeiro Internacional. 4.5.12 Globalização produtiva e

financeira. 4.5.13 A evolução da mobilidade do capital e dos regimes cambiais. 4.5.14 O debate sobre a 41 abertura financeira. 4.5.15 Os ciclos de liquidez e os países em desenvolvimento. 4.5.16 Temas contemporâneos em finanças internacionais.

Trabalharemos com o edital “na mão”, o mais focado possível, procurando trabalhar aquilo que a banca CESPE/Cebraspe pede nas provas. Nossa proposta é facilitar o seu trabalho e reunir toda a teoria e inúmeros exercícios comentados, no que tange aos assuntos de Macroeconomia e Economia Internacional, em um só material. Nosso curso será completo (teoria aprofundada e mais de 500 questões comentadas). Ao mesmo tempo, saiba também que o curso **não exigirá conhecimentos prévios**.

Portanto, se você nunca estudou, ou está iniciando seus estudos em Economia, fique tranquilo, pois nosso curso atenderá aos seus anseios perfeitamente. Se você já estudou os temas, e apenas quer revisá-los, o curso também será bastante útil, pela quantidade de exercícios comentados que teremos e pelo rigor no tratamento da matéria, o que lhe permitirá uma excelente revisão do conteúdo.

Segue o cronograma com a nossa proposta de distribuição dos assuntos entre as aulas:

AULA 00 - 04/01/2018	1.1 Contabilidade Nacional. 1.1.1 Conceitos de produto e renda nacional e suas formas de mensuração. 1.1.3 Produto e renda das empresas e das famílias. 1.1.4 Gastos e receitas do governo. 1.1.6 Contas Nacionais do Brasil. 1.1.8 Conceitos alternativos de déficit público.
AULA 01 – 09/01/2018	1.1.2 Produto nominal x produto real. 1.1.7 Conceito de deflator implícito da renda.
AULA 02 – 14/01/2018	Balanco de Pagamentos e Política Cambial
AULA 03 – 19/01/2018	1.2 Política Fiscal.
AULA 04 – 24/01/2018	1.1.9 As contas do sistema financeiro e o multiplicador bancário. 1.2 Política Monetária. 1.2.1 Funções da moeda. 1.2.2 Criação e distribuição de moeda pelos bancos comerciais. 1.2.3 Taxa de redesconto, reservas obrigatórias, gerências da dívida pública. 1.2.4 Demanda da moeda. 1.2.5 Papel do Banco Central. 1.2.6 Política monetária. 1.2.7 Mercado de crédito, mercado de capitais, instrumentos de cobertura de riscos, regulamentação e supervisão. 1.2.8 Sistema financeiro brasileiro. 1.5.4 Equação de Fisher.
AULA 05 – 29/01/2018	1.3 Modelo IS x LM x BP.
AULA 06 – 03/02/2018	1.4 Oferta e demanda agregadas 1.4.1 Modelo de oferta e demanda agregada, inflação e desemprego. 1.4.2 A função demanda agregada. 1.4.3 As funções de oferta agregada de curto e longo prazo. 1.4.4 Efeitos da política monetária e fiscal no curto e longo prazo. 1.4.5 Choques de oferta. 1.4.6 Inflação e emprego. 1.4.7 Determinação do nível de preços. 1.4.8 Introdução às teorias da inflação. 1.5 Curva de Phillips. 1.5.1 Expectativas adaptativas e racionais. 1.5.2 Rigidez de preços e salários. 1.5.3 Teoria dos Ciclos Reais e Modelos Novos Keynesianos.

AULA 07 – 08/02/2018	1.6 Teorias de crescimento econômico 1.6.1 Modelo de Solow. 1.6.2 Crescimento endógeno. 1.6.3 Decomposição (contabilidade) do crescimento. 1.6.4 Instituições e crescimento. 1.6.5 Capital humano. 1.6.6 Poupança, crescimento populacional, inovações tecnológicas e o crescimento econômico. 1.6.7 “A regra de ouro”. 1.7 Investimento e consumo. 1.7.1 Q de Tobin.
AULA 08 – 13/02/2018	1.2.9 Equivalência Ricardiana. 1.7.2 Teoria da Renda Permanente. 1.7.3 Ciclo de vida. 1.7.4 Restrição de Crédito. 1.7.5 Papel das expectativas. 1.7.6 O consumo e o investimento num modelo de escolha intertemporal. 1.7.7 A restrição orçamentária intertemporal das famílias. 1.7.8 A restrição orçamentária intertemporal do governo e a equivalência ricardiana. 1.7.9 A restrição orçamentária intertemporal de uma nação e o endividamento externo.
AULA 09 – 18/02/2018	4.1 Teorias de Comércio Internacional. 4.1.1 Teorias clássicas, Neoclássicas e contemporâneas do comércio internacional: teorias explicativas do comércio de bens industrializados; produtividade do trabalho e a teoria ricardiana das vantagens comparativas; o papel das dotações relativas de fatores de produção. 4.1.2 Modelo Heckscher-Ohlin. 4.1.3 Novas teorias. 4.1.4 Modelo Venon e Linder. 4.1.5 Vantagens comparativas e ganhos do comércio internacional. 4.1.6 Escola Cepalina. 4.1.7 Concorrência imperfeita e comércio internacional. 4.1.8 Concorrência monopolista e a determinação dos padrões de comércio internacional; o comércio intrafirma e intrassetorial e suas implicações para o comércio internacional. 4.2 Efeitos do comércio internacional. 4.2.1 Equilíbrio em economias abertas: efeitos do comércio e de políticas protecionistas sobre a distribuição de renda, crescimento e desenvolvimento econômico, economias de escala, desenvolvimento tecnológico, formação de capital e padrões de consumo.
AULA 10 – 23/02/2018	4.3 O Sistema de Comércio Internacional. 4.3.1 Origem e evolução. 4.3.2 Rodadas de negociação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e da Organização Mundial de Comércio (OMC). 4.3.3 Acordos regionais e os novos temas das negociações comerciais multilaterais. 4.3.4 O Brasil e as negociações comerciais internacionais. 4.4 Investimentos. 4.4.1 Acordos de investimentos e atração de investimentos diretos no país (IDP). 4.4.2 O ambiente de negócios e a atração de IDP. 4.4.3 A importância da internacionalização das empresas brasileiras para a economia do Brasil. 4.4.4 As agências e órgãos governamentais brasileiros de formulação, coordenação e implementação das políticas de comércio exterior.
AULA 11 – 28/02/2018	4.5 História do Sistema Financeiro Internacional. 4.5.1 Padrão ouro. 4.5.2 Padrão dólarouro. 4.5.3

	Sistema de Bretton Woods: instituições e funcionamento. 4.5.4 Mercados não regulados: euromoedas e “paraísosfiscais”; fim da conversibilidade do dólar. 4.5.5 Fundo Monetário Internacional (FMI). 4.5.6 Banco Internacional de Compensação (BIS). 4.5.7 Bancos regionais de desenvolvimento; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 4.5.8 Clube de Paris. 4.5.9 G-20 Financeiro. 4.5.12 Globalização produtiva e financeira. 4.5.13 A evolução da mobilidade do capital e dos regimes cambiais. 4.5.14 O debate sobre a 41 abertura financeira. 4.5.15 Os ciclos de liquidez e os países em desenvolvimento. 4.5.16 Temas contemporâneos em finanças internacionais.
--	---

Serão nove aulas de Macroeconomia, incluindo esta aula 00, e três aulas do tema Relações Econômicas Internacionais, totalizando doze aulas. Assim, é muito importante que você faça a sua parte e estude com afinco o conteúdo. O objetivo do nosso curso é audacioso: desenvolver em você a autoconfiança e lhe dar as ferramentas para que você possa acertar todas as questões de Economia do concurso.

Agora sim, podemos começar. Todos prontos? Então, aos estudos!

.....

Iniciaremos o conteúdo de Macro. Hoje, inicialmente, veremos as diferenças entre Micro e Macroeconomia e faremos uma introdução teórica sobre a *ciência macroeconômica*. Daremos uma visão geral sobre essa “subciência”. A partir daí, começaremos o estudo dos Agregados Macroeconômicos e das Contas Nacionais, um dos temas mais importantes para a sua prova.

Recentemente, tivemos pequenas alterações no Sistema de Contas Nacionais (SCI). O manual do SCI é baseado no System of National Accounts (SNA) organizado pela ONU, OCDE, Banco Mundial, FMI e Comissão Europeia. Sua última atualização ocorreu entre 2008 e 2009, e os países que o utilizam (é o caso do Brasil) tiveram entre 2014 e 2016 para implementar as mudanças. O prazo, portanto, já expirou.

O Brasil adotou inteiramente as mudanças e consolidou as notas metodológicas a partir de 2015. Também mudou o ano-base de referência de 2000 para 2010 (saberemos melhor o que é um ano-base na próxima aula). Por este motivo, este novo SCN é conhecido como **SCN 2010** (o antigo era conhecido como SCN-2000).

Os principais aperfeiçoamentos introduzidos no SCN-2010 foram:

- Adoção de nova classificação de produtos e atividades integrada com a CNAE 2.0 (publicada em 2007).

- Introdução dos resultados do Censo Agropecuário de 2006, da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008/2009 e do Censo Demográfico de 2010.
- Atualização da matriz de consumo intermediário, com dados da Pesquisa de Consumo Intermediário de 2010 e do Censo Agropecuário 2006.
- Atualização das margens de comércio e de transporte, com base em pesquisas específicas e na Pesquisa Anual de Serviços.
- Atualização das estruturas de impostos.
- Utilização dos dados da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, aperfeiçoando os resultados do setor institucional Famílias na Conta Econômica Integrada (CEI).
- Adoção das recomendações da quarta versão (2008) do Manual Internacional de Contas Nacionais. Algumas modificações do SNA 2008 podem ter impacto nos resultados do Produto Interno Bruto. Esse é o caso da nova taxonomia para os ativos não financeiros, ampliando o que deve ser considerado como Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), ou seja, investimento. Assim, por exemplo, os gastos em softwares e em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) deixam de ser considerados como consumo intermediário e passam a ser registrados como FBCF.

Felizmente, muito pouco do que está aí acima é relevante para provas de concursos. A mudança em que vejo uma real possibilidade de cobrança é a última e, no corpo da aula, quando estudarmos o conceito de *Investimentos e Formação Bruta de Capital Fixo*, trataremos dessa mudança. Fora esta, as outras mudanças têm pouca possibilidade de aparecer em prova e possuem baixo benefício no estudo.

Bem ... feita esta introdução, vamos à aula ;-)

.....

Introdução: o que é Macroeconomia?

A ciência econômica é dividida em quatro grandes partes: microeconomia, macroeconomia, desenvolvimento econômico e economia internacional. Para nós, pelo menos agora, interessa saber apenas as diferenças entre os dois primeiros conceitos.

A **Microeconomia** estuda as unidades de produção (empresas) e as unidades de consumo (famílias), **individualmente** ou **em grupos**. Por exemplo,

buscar entender a relação da indústria automobilística com seus fornecedores ou com as concessionárias de veículos é um problema típico de seu estudo; ou tentar compreender como as grandes empresas decidem quanto vão cobrar pelos seus produtos; são temas microeconômicos. Enfim, a microeconomia estuda a interação entre firmas e consumidores e a maneira pela qual a produção e preço são determinados em mercados específicos.

A **Macroeconomia** é o ramo da Economia que estuda a evolução dos mercados de **uma forma mais global**, mais abrangente, analisando a determinação e o comportamento dos grandes agregados macroeconômicos (renda nacional, produto nacional, investimento, poupança, consumo agregado, inflação, emprego e desemprego, quantidade de moeda, juros, câmbio, etc).

Ao focar o estudo de grandes agregados, a Macroeconomia não analisa em profundidade o comportamento das unidades econômicas individuais, tais como famílias, empresas, fixação de preços em mercados individuais etc. Essas são preocupações da Microeconomia. A Macroeconomia trata dos mercados de forma global, agregada. Apesar do aparente contraste, não há um conflito entre a Micro e a Macroeconomia, dado que o mercado global é a soma de seus mercados individuais. A diferença entre as “subciências” está basicamente na questão do enfoque. Ao estudar a determinação dos preços em um tipo de mercado (Monopólio, por exemplo), estamos estudando Microeconomia. Ao estudar o nível geral de preços em toda a economia, estamos estudando Macroeconomia.

→ **Objetivos da Política Macroeconômica**

São objetivos da política macroeconômica:

- i. *Alto nível de emprego;*
- ii. *Estabilidade de preços;*
- iii. *Equidade (distribuição de renda);*
- iv. *Crescimento e desenvolvimento econômico.*

As questões relativas ao nível de emprego e controle da inflação (estabilidade de preços) são questões consideradas *conjunturais*, de curto prazo.

O crescimento e desenvolvimento econômico e a distribuição de renda são questões *estruturais*, que, em geral, extrapolam a análise meramente econômica, envolvendo questões, como o próprio nome sugere, estruturais: políticas públicas, progresso tecnológico, educação, etc.

Alguns autores colocam também como objetivo o controle das contas externas (equilíbrio do Balanço de Pagamentos, ou equilíbrio das contas externas), mas esse se caracteriza mais como um instrumento de política econômica do que

um objetivo propriamente dito. Vejamos, a partir de agora, o que significa cada um dos quatro objetivos citados acima.

i. Alto nível de emprego

Entendemos por emprego a utilização dos recursos disponíveis na economia. Desemprego é a não utilização dos recursos disponíveis, ou seja, há ociosidade dos recursos (capacidade ociosa). Em nosso dia a dia, a palavra desemprego é associada mais comumente à não utilização do recurso de produção *mão-de-obra*. Isto é, quando há mão-de-obra disponível para trabalhar e a mesma não é utilizada, havendo ociosidade (desemprego). Para fins de provas, considere os dois conceitos corretos.

Hoje, este é um dos temas principais da Macroeconomia e fruto de muita preocupação do *policy-maker* (administrador público). Nas nossas próximas aulas, veremos diversas políticas de governo capazes de aumentar o nível de emprego de uma economia.

ii. Estabilidade de preços (controle da inflação)

Inflação é o aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços em uma economia. Nós veremos os diversos distúrbios que ela causa à Economia de uma forma geral. Por tais motivos, o seu controle deve ser um objetivo de política macroeconômica. Também estudaremos como ocorreu o combate à inflação durante a fase recente da economia brasileira. Este estudo é muito interessante pois poderá contextualizar a teoria aprendida com o que foi/é feito pelo governo brasileiro para combater a inflação.

iii. Distribuição equitativa de renda

Também é objetivo da política macroeconômica distribuir equitativamente a renda da economia. O Brasil é um país onde há alta concentração de renda (má distribuição).

Vale destacar que nem sempre o crescimento econômico é acompanhado da distribuição de renda e vice-versa. Por exemplo, durante o “milagre econômico” (fase em que a economia brasileira cresceu a taxas superiores a 10% por vários anos consecutivos), houve aumento da concentração de renda, ou seja, a distância de renda entre ricos e pobres aumentou. Curiosamente, no período, ocorreu aumento da renda média de todas as classes. O problema é que, embora os mais pobres tenham melhorado seu padrão de vida, os mais ricos melhoraram relativamente mais, aumentando a disparidade. Isto é, houve um aumento geral do padrão de vida, com todos melhorando, mas com os mais ricos melhorando mais que os pobres.

As políticas públicas utilizadas para distribuir a renda são controversas. Entre elas, podemos destacar a legislação do salário mínimo, os programas de transferência de renda e a utilização de impostos progressivos. Nos três casos, a preocupação é ajudar as pessoas com menor nível de renda através da garantia de renda mínima, suplementação de renda e menor tributação, respectivamente.

A crítica, no caso do salário mínimo, é que ele causa desemprego (pois o pagamento de salários elevados artificialmente, por artifício de lei, pode reduzir a procura por mão-de-obra). A principal crítica no caso dos programas de transferência de renda e impostos progressivos reside no fato de que tais programas desestimulariam o trabalho, uma vez que, à medida que a renda do indivíduo aumenta, os benefícios que recebe do governo são diminuídos.

Uma prova da importância da distribuição de renda está no exemplo dos países árabes. Lá, a renda dos países é bastante alta, no entanto, ela é altamente concentrada, o que nos mostra que renda alta é bom sinal, mas a distribuição de renda deve ser buscada como forma de aumentar o padrão de vida da população.

iv. Crescimento e desenvolvimento econômico

- Quando o nível de emprego está baixo (existe desemprego), pode-se aumentá-lo fazendo a economia crescer. Políticas econômicas voltadas para o crescimento geralmente tentam alterar o comportamento dos agentes econômicos, provocando variações no consumo, poupança e investimento agregado. Quando falamos em crescimento econômico, estamos falando do produto ou renda interna (ou nacional). Assim, quando falamos que determinado país está crescendo 10% ao ano (que crescimento!), estamos falando, geralmente, que seu produto (ou renda) interno está crescendo 10%.

Conforme comentado no início do parágrafo anterior, o crescimento econômico é buscado pelo fato de ele aumentar os níveis de emprego do país (aliás, este é o principal motivo). Há evidências empíricas que comprovam que a falta de crescimento, ou até mesmo o crescimento baixo, provoca aumento do desemprego (de trabalhadores), o que é sinal de piora do bem-estar da população, por isso a constante preocupação dos *policy-makers* em fazer a economia crescer.

O conceito de crescimento econômico tem relação com o produto ou renda de um país e com a existência de desemprego, mas não podemos dizer que crescimento econômico é o mesmo que desenvolvimento econômico. Este último é um conceito mais amplo, englobando aspectos como nível educacional, segurança, meio ambiente, moradia, progresso tecnológico, saúde, infraestrutura, etc. Assim, percebemos que os dois conceitos não se confundem, apesar de um implicar o outro (para que haja desenvolvimento, deve haver crescimento. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento gera crescimento econômico).

→ Os Trade-Offs da Política Econômica

Os objetivos da política macroeconômica são interligados, isto é, quando se busca um objetivo, outro está sendo afetado. Assim, atingir um objetivo pode implicar atingir outro objetivo secundariamente. Por outro lado, atingir um objetivo também pode significar se distanciar da consecução de outro objetivo. Este último caso representa um dilema de política econômica.

Por exemplo, ao aumentar os gastos públicos dando aumento para todo o funcionalismo público e realizando obras públicas, o governo estará aumentando a renda da economia (objetivos: crescimento econômico e aumento do nível de emprego). No entanto, o aumento de renda provocará, regra geral, aumento generalizado da demanda por bens e serviços, pois as pessoas, com mais renda circulando, tenderão a aumentar o consumo de bens de uma forma geral. A esse aumento generalizado da demanda chamamos de aumento da demanda agregada. Esse aumento da demanda agregada, por sua vez, provocará aumento de preços na economia. Dizemos, nesse caso, que a política econômica exerceu pressões inflacionárias no mercado. Veja que há um dilema: ao aumentar o nível de emprego e fazer crescer a economia, o governo, ao mesmo tempo, faz crescer a inflação. Em “economês”, quando há dilemas de escolha, referimo-nos a isso como um **trade-off**. Logo, há *trade-off* entre crescimento econômico e inflação.

Nota: não se preocupe, neste momento, em entender as relações de causa e efeito que eu coloquei entre aumento de renda, preços, demanda agregada, etc. Agora, o que eu quero que você entenda é somente o significado de *trade-off*, em um contexto da adoção de políticas econômicas.

Durante o processo de atingimento dos objetivos de política econômica, os governos a todo o momento enfrentam *trade-offs*. Ao buscar o controle da inflação, o governo pode aumentar o desemprego, dado que tais políticas anti-inflacionárias retraem a demanda agregada, provocando retração da produção e, portanto, do emprego. Ocorre outro *trade-off* entre crescimento e equidade. Muitos afirmam que a maneira mais rápida de crescer é através da distribuição desigual de renda, em que seria mais fácil realizar políticas públicas que visassem ao aumento dos lucros e da poupança dos mais ricos, para depois haver distribuição dos excedentes à população mais pobre (teoria do bolo¹).

→ **Estrutura da Macroeconomia: Os tipos de mercados**

A Macroeconomia trata a economia como se ela fosse dividida em uma parte real e uma parte monetária, divididas em quatro mercados: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado financeiro (moeda e títulos) e o mercado cambial (de moeda estrangeira), conforme se vê no quadro 01:

¹ A Teoria do Bolo diz que primeiro o bolo deve crescer para depois ser repartido, e não o contrário. Fazendo um paralelo com a economia: em primeiro lugar, a economia deveria crescer para, depois, em segundo momento, haver preocupação com questões de equidade (distribuição de renda).

Quadro 01:	MERCADOS	VARIÁVEIS DETERMINADAS
Parte real da economia	Mercado de bens e serviços	Produto/renda nacional Nível geral de preços
	Mercado de trabalho	Nível de emprego Salário monetário (W)
Parte monetária da economia	Mercado financeiro (monetário e títulos)	Taxa de juros Estoque de moeda
	Mercado de divisas ² (mercado cambial)	Taxa de câmbio

Para saber como anda o **mercado de bens e serviços**, devemos saber qual a soma de todos os bens e serviços produzidos pela economia durante certo período de tempo (é a definição de produto nacional, a qual veremos mais a fundo a seguir, nessa aula). A média de preços destes bens e serviços produzidos é chamada de nível geral de preços.

Para sabermos sobre o **mercado de trabalho**, verificamos o nível de emprego, bem como o nível de salários (ou taxa salarial, ou o salário monetário).

No mercado monetário, determinam-se as taxas de juros e a quantidade de moeda (demanda por moeda) necessária para os agentes efetuarem as transações econômicas. No mercado de títulos (títulos do governo, ações, fundos de renda fixa, etc), determinam-se, além da taxa de juros, o preço e a quantidade de títulos. Como a taxa de juros é determinada tanto no mercado monetário como no mercado de títulos, é bastante comum analisar esses dois mercados como se fosse um só: o **mercado financeiro**.

No **mercado cambial** (de divisas), determina-se a taxa de câmbio, que é o preço da moeda nacional em relação a uma moeda estrangeira. À medida que um país realiza transações com o resto do mundo, é necessário que os preços dos diferentes países sejam comparados. Para isso, deve-se converter uma moeda na moeda de outros países. Assim, a taxa de câmbio permite calcular a relação de troca, ou seja, o preço relativo de diferentes moedas.

Os gastos do governo e a oferta de moeda não são determinados por nenhum desses mercados, mas sim de forma autônoma pelas autoridades. São variáveis determinadas institucionalmente, ou seja, são decisões que fogem dos modelos econômicos. Dizemos que elas são variáveis exógenas (determinadas exogenamente, externamente). Em outras palavras, **o gasto público e a oferta de moeda não são determinadas, e sim determinam o comportamento das variáveis localizadas na coluna da direita do quadro 01.**

² Divisas = moeda estrangeira.

O manejo do gasto público para alterar as variáveis dos mercados é o que chamamos de política fiscal. A utilização da oferta de moeda como forma de alterar as mesmas variáveis é chamada de política monetária. Por meio dessas duas principais formas de política econômica (fiscal e monetária), o governo tenta atingir de forma equilibrada os objetivos da política macroeconômica.

Bem, esses assuntos que foram explicados são introdutórios e não caem regularmente em prova (podem cair, mas é muito difícil de serem cobrados). No entanto, eles são importantes, pois nos dão uma visão geral sobre a matéria. Assim, pelo menos até este momento, não se preocupe tanto em fazer resumos ou ficar decorando o que foi explicado neste item introdutório, ok?! Nossa intenção foi apenas “quebrar o gelo”.

Preocupe-se mais com o que vem a seguir, as **Contas Nacionais**, pois isto sim é muito importante e é questão (quase) certa de ser cobrada na sua prova.

1. CONTAS NACIONAIS

O objetivo da contabilidade nacional é proporcionar às autoridades econômicas do governo uma medida “macro” do desempenho da economia em determinado período de tempo. São informações relevantes: quanto se produz, quanto se consome, quanto se investe, importa, exporta, etc.

É a partir dessas informações que o formulador de políticas públicas tomará as decisões visando a determinados objetivos. Por exemplo, se o governo dispuser de dados adequados que digam que o nível de emprego está diminuindo, ele poderá adotar medidas econômicas para impedir o aumento do desemprego.

Assim, veja que, em primeira análise, são as contas nacionais que permitem ao governo avaliar como está a “saúde” da economia de uma forma geral. Da mesma maneira que uma empresa avalia o seu balanço patrimonial e demonstrativo de resultado para verificar a sua situação econômico-financeira, o governo avalia a suas contas nacionais.

Desta forma, vemos que é a partir dos dados e estudos previamente confeccionados que as políticas econômicas são formuladas e implementadas e não o contrário. Esses dados, no caso da macroeconomia, são as contas nacionais.

Segundo Simonsen e Cysne³, a contabilidade nacional desenvolve-se a partir de sete conceitos básicos: *produto, renda, consumo, poupança, investimento, absorção e despesa (dispêndio)*. Falemos sobre cada um deles:

³ Macroeconomia, Simonsen e Cysne, 4ª.edição, editora FGV.

1.1 PRODUTO (P)

O produto é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país durante um período de tempo (tipicamente um ano). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compila os dados necessários para o cálculo do produto. O IBGE emite relatórios sobre o produto a cada três meses. O produto é um conceito central em macroeconomia, por isso precisamos examinar sua definição cuidadosamente.

O produto é medido usando valores de mercado (valores monetários), e não quantidades: a palavra valor é importante na definição de produto. Em microeconomia, medimos a produção em termos de quantidades: o número de automóveis produzidos pela FIAT, as toneladas de soja produzidas pelo setor agrícola e assim por diante. Quando medimos a produção total na economia, não podemos simplesmente somar as quantidades de cada bem e serviço porque o resultado seria algo bastante confuso. Imagine o seguinte relatório do IBGE: *o produto do Brasil em 2010 foi de X toneladas de soja, Y automóveis, W litros de leite, etc.* Seria um relatório interminável, não? Em vez disso, medimos a produção tomando o valor, em R\$, de todos os bens e serviços produzidos.

O produto inclui somente o valor de mercado de bens finais: ao medir o produto, incluímos somente o valor de bens e serviços finais. Um bem ou serviço final é aquele comprado por seu usuário final e não é incluído na produção de nenhum outro bem ou serviço. São exemplos de bens finais: um livro vendido a um estudante e uma refeição consumida em um restaurante. Entretanto, se o bem ou serviço for usado na produção de outro bem, não é considerado bem/serviço final, sendo, neste caso, um **bem intermediário**. Por exemplo, a FIAT compra pneus da Pirelli. Estes pneus não são bens finais, pois são usados na fabricação de outro bem (carro), logo, são bens intermediários. Agora, quando a Pirelli vende um pneu diretamente a um consumidor que irá substituir os pneus de seu carro, neste caso, o pneu é um bem final. Utilizamos apenas os bens/serviços finais no cálculo do produto para evitar a dupla contagem. Se incluíssemos o valor do pneu quando o carro fosse vendido, estaríamos fazendo dupla contagem: o valor do pneu seria contado uma vez quando a Pirelli vendesse o pneu à FIAT, e uma segunda vez quando a FIAT vendesse o carro, com o pneu instalado, a um consumidor. Mais tarde veremos isso de forma mais clara, através de um exemplo numérico.

O produto inclui somente a produção em determinado período de tempo: o produto, em 2013, inclui somente os bens e serviços produzidos durante esse ano. Em 2012, apenas os bens e serviços produzidos durante aquele ano e assim por diante. Em particular, o produto da economia não inclui o valor de bens usados. Se você comprar um livro de Macroeconomia em uma livraria, a compra será incluída no produto. Se algum tempo depois, já aprovado no concurso público de seus sonhos, você revender esse livro no Mercado livre, essa transação não será incluída no produto. Diante desta parte do conceito de produto, torna-se necessário diferenciarmos variáveis fluxo e variáveis estoque.

Estoques e fluxos

Um estoque representa uma quantidade mensurada em *determinado instante no tempo*, ao passo que um fluxo significa uma quantidade mensurada *durante determinado período de tempo*.

O produto é uma variável fluxo: é a quantidade de R\$ que está sendo produzida em determinado período. Assim, quando você escuta que o produto do Brasil correspondeu a R\$ 1,2 trilhão em 2012, você deve compreender que isso significa R\$ 1,2 trilhão levando em conta somente o ano de 2012 (de modo equivalente, poderíamos dizer o produto brasileiro correspondeu a R\$ 100 bilhões por mês, o que também indica que a variável é do tipo fluxo, uma vez que é “por determinado período de tempo”).

Entre exemplos de *variáveis estoque*, medidas em determinados pontos do tempo, temos:

- Taxa de câmbio (a taxa de câmbio *hoje* é US\$ 1 = R\$ 2,31);
- O nível de reservas internacionais do Brasil é US\$ 370 bilhões;
- A dívida (ou endividamento) pública do Brasil é de R\$ 1 trilhão.

Seguem exemplos de *variáveis fluxo*, medidas por determinado período de tempo:

- O produto do Brasil, em 2012, foi no valor de R\$ 1 trilhão;
- O gasto público, no primeiro trimestre de 2013, foi no valor de 100 mi;
- O déficit público, em 2012, alcançou o valor de R\$ 200 milhões.

Nota → todos esses valores são hipotéticos, inventados.

A fim de tornar mais claro o entendimento, segue um exemplo da vida cotidiana: o salário que você receberá após passar no concurso será uma variável fluxo (um fluxo de renda mensal); já a quantidade de dinheiro que você terá guardada no banco será uma variável estoque (estoque de dinheiro).

Assim, depois de tudo que foi dito, concluímos o seguinte sobre o produto:

- ✓ é medido em unidades monetárias (no Brasil, em reais - R\$);
- ✓ a fim de evitar a dupla contagem, consideram-se apenas os bens e serviços finais;
- ✓ é uma variável fluxo, medida durante determinado período de tempo.

Nota → Mais à frente, em nossa aula, falaremos mais sobre o problema da dupla contagem e as diversas formas alternativas de se evitá-lo na mensuração do produto.

1.2 RENDA (Y)

Antes de falarmos do que é renda, necessitamos aprender o que significam os **fatores de produção**.

Fatores de produção

Para produzir os bens e serviços de que a sociedade dispõe para o seu consumo, as firmas utilizam vários recursos ou insumos. Elas utilizam matéria-prima, mão-de-obra, máquinas, ferramentas, tecnologia, etc. O conjunto destes recursos que as empresas utilizam na produção é chamado de **fatores de produção**. Dentro do estudo de Economia, podemos dividi-los em cinco grandes grupos:

- Capital;
- Mão-de-obra (trabalho);
- Tecnologia;
- Recursos naturais (ou terra, ou ainda, matéria-prima) e
- Capacidade empresarial (empreendedora).

Nota → esta divisão não é a mesma em todos os livros. Em alguns deles, não temos capacidade empresarial, ou tecnologia, ou recursos naturais. Estes grupos colocados representam a divisão mais abrangente que eu encontrei. Para fins de concursos, devemos guardar principalmente os fatores *capital* e *trabalho*; são eles os fatores de produção clássicos, encontrados em qualquer livro de economia. Seguem os conceitos:

Capital, em Economia, tem o conceito um pouco diferente do que estamos acostumados em nosso dia-a-dia. Nas nossas vidas, quando ouvimos a palavra capital, quase que imediatamente fazemos a associação a dinheiro. No entanto, economicamente, capital quer dizer, além de dinheiro, o conjunto de bens de que as empresas dispõem para produzir. Assim, o estoque de capital de uma fábrica de automóveis será o conjunto das instalações, máquinas, ferramentas, computadores, material de escritório, enfim, tudo o que é utilizado na produção. O estoque de capital de um curso para concursos públicos compreende as salas de aula, as carteiras, mesas, quadro-negro, projetor multimídia, sistema de som, etc. Assim, o capital inclui as instalações, maquinaria, e também os estoques ainda não vendidos. Quanto mais estoque de capital (ou bens de capital) tiver a economia, maior será a sua produção. O capital é representado pela letra (K).

Mão-de-obra é o próprio trabalho.

Tecnologia significa o estudo da técnica. Em Economia, ela representa a forma como a sociedade vai utilizar os recursos existentes (principalmente, capital e mão-de-obra) na produção de bens e serviços. Dependendo da tecnologia, sociedades com pouca mão-de-obra e capital podem, de fato, ser mais produtivas e gerar mais bem-estar à sua população que outras com mais mão-de-obra e capital disponíveis.

Recursos naturais, matéria-prima ou terra representam os insumos naturais de que dispõe o setor produtivo da economia. Uma reserva de petróleo, um poço de água mineral e uma plantação agrícola seriam exemplos de recursos naturais. Vale ressaltar que muitos autores consideram esses fatores de produção dentro do conceito de *capital*.

Capacidade empresarial é a vontade e o ímpeto de produzir. É a capacidade de reunir os outros fatores de produção para produzir bens e serviços com sucesso.

Agora que já vimos o que significam os fatores de produção (também chamados de insumos de produção), devemos ter em mente que nada neste mundo (ou quase nada!) é de graça. Assim, estes fatores de produção também têm o seu preço, ou seja, são vendidos. Os donos destes fatores de produção os vendem às empresas, para que estas possam viabilizar a produção.

Assim, temos o seguinte: as empresas precisam dos fatores de produção para produzir; ao mesmo tempo os donos destes fatores de produção (as famílias) precisam consumir a produção (bens e serviços) das empresas. Desta forma, as empresas compram os fatores de produção das famílias, que, por sua vez, compram a produção das empresas.

Pois bem, o que nos interessa saber neste momento é quais são as remunerações dos fatores de produção. Cada um deles possui uma remuneração específica, conforme segue:

Fator de produção	Remuneração
Capital	Juros (se for capital em dinheiro), lucros, dividendos ou arrendamento/aluguel (se for bens de capital)
Trabalho	Salários ou ordenados
Tecnologia	Royalties
Terra ou recursos naturais	Aluguel ou arrendamento
Capacidade empresarial	Lucros

Finalmente podemos definir o que é renda. **Renda é o somatório das remunerações de fatores de produção (salários + lucros + juros + aluguéis) pagas aos agentes de uma economia durante determinado período de tempo.**

Usando abreviaturas: $R = w^4 + l + j + a$. Assim, já acostume seu raciocínio econômico: em contas nacionais, quando falamos em renda, devemos pensar nela como sendo as remunerações dos fatores de produção da economia. Seguem comentários extras em relação ao importante conceito de renda:

⁴ Na literatura econômica, referimo-nos a salários com a letra W, do inglês *wage*=salário.

Em primeiro lugar, omitimos o arrendamento e os royalties, pois, normalmente, os livros e as questões de concurso também o fazem. Mas saiba que eles são sim remunerações de fatores de produção.

Segundo, veja que, assim como o produto, a renda é uma variável fluxo (é a renda *de determinado período de tempo*, em geral, um ano).

Por último, há uma relação de causa e efeito entre renda e produto. Quem é responsável pelo produto? As empresas. Do que as empresas necessitam para produzir? Fatores de produção. Quem são os donos dos fatores de produção? As famílias que, por sua vez, vendem tais fatores às empresas. Da mesma maneira que as empresas pagam rendas (remunerações de fatores de produção) às famílias, estas pagam às empresas para adquirir a produção. Ou seja, o valor que é gasto com rendas (remuneração dos fatores) é o mesmo ao que é gasto para adquirir o produto. Daí, concluímos que **PRODUTO = RENDA**.

Nota → Se este último parágrafo lhe pareceu confuso, não se preocupe, mais à frente, voltaremos a este tópico quando falarmos das identidades macroeconômicas.

1.3 CONSUMO

O consumo é o valor dos bens e serviços absorvidos pelos indivíduos (famílias e governo) para a satisfação de seus desejos. Nós temos dois tipos de consumo: o *consumo das famílias (C)* e o *consumo do governo* ou também chamado *consumo da administração pública (G)*. Quando se fala em *consumo final*, isto quer dizer que estamos falando dos dois consumos somados (*consumo final = consumo das famílias + consumo do governo*). Assim:

$$C_{FINAL} = C + G$$

O *consumo das famílias* é o valor dos bens adquiridos voluntariamente pelos indivíduos no mercado, enquanto o *consumo do governo* é o valor de bens e serviços adquiridos pelo governo e que, geralmente, são postos à disposição do público gratuitamente. Também é parte do consumo do governo os gastos correntes, de custeio (salários de funcionários, compra de materiais de escritório e limpeza, etc).

Outra observação refere-se ao fato de que, na contabilidade nacional, consideramos como *governo* apenas a administração direta (as três esferas: federal, estadual e municipal) e as autarquias; e apenas as despesas correntes⁵, que

⁵ *Despesas correntes* são, em suma, despesas de custeio (salários, materiais de escritório, serviços de limpeza das repartições, etc), enquanto as *despesas de capital* (despesas de investimentos) são voltadas para a execução de obras públicas, aquisição de bens de capital, de imóveis novos, etc. Vale

financiam a atividade governamental (salários de funcionários públicos, compras de bens e serviços que mantêm a máquina pública, etc). Ou seja, as despesas de capital não são classificadas como gastos/consumo do governo.

Por último, vale ainda ressaltar que os gastos de investimentos (compra de bens de capital⁶ ou simplesmente despesas de capital), ainda que sejam realizados pelo governo, não são classificadas como *consumo do governo (G)*, mas sim como *investimento (I)*. Assim, o investimento público (investimento feito pelo governo) não é considerado *consumo do governo (G)* nas contas nacionais, sendo enquadrado, pois, como *investimento (I)*.

1.4 POUPANÇA⁷ (S)

Poupança é a renda não consumida ($S=Y-C$). Nós temos três tipos de poupanças: poupança privada (S_P), poupança pública (S_G) e poupança externa ou do resto do mundo (S_{EXT}). O somatório da poupança privada com a poupança pública nos remete à poupança interna (S_{INT}). Assim, temos:

$$\begin{aligned}S &= Y - C \\S &= S_{INT} + S_{EXT} \\S &= S_P + S_G + S_{EXT}\end{aligned}$$

1.4.1 Poupança do setor privado (S_P)

De forma resumida, sem entrar em maiores detalhes, podemos definir a poupança do setor privado como sendo a renda de que dispõem as famílias menos o que elas gastam com consumo e impostos. Enfim, por agora, adote o seguinte: é o que sobra da renda depois dos gastos (poupança privada = renda – gastos).

1.4.2 Poupança do governo (S_G)

A fim de definirmos poupança pública, devemos, antes, explicar alguns conceitos:

- ➔ **Impostos diretos (ID):** são os impostos que incidem sobre a renda e sobre a propriedade, englobando também as contribuições parafiscais. Exemplos: Imposto de renda (pessoa física e jurídica), IPTU, IPVA, PIS, CSLL, etc.

destacar que essas definições, em economia, são mais genéricas que aquelas encontradas nos manuais de Orçamento ou Contabilidade Pública.

⁶ *Bens de capital* são bens que serão utilizados no processo produtivo. Nesse sentido, eles servem para aumentar a capacidade produtiva da economia (exemplo: máquinas, ferramentas, etc).

⁷ Utiliza-se a letra S para se referir à poupança devido ao termo em inglês: *saving*.

Recebem esse nome pois quem arca com o pagamento é exatamente aquele sobre o qual recai a incidência.

- **Impostos indiretos (II) ou impostos sobre produtos:** são os impostos que estão embutidos nos preços dos bens e serviços, ou seja, são impostos que incidem sobre a produção da economia. Exemplos: ICMS, IPI, ISS, etc. Recebem esse nome porque incidem sobre os bens e serviços e são recolhidos pelas empresas que os vendem, mas, em última análise, quem arca com parte de seu ônus são os consumidores. Daí, o termo impostos *indiretos*. Na doutrina econômica, utilizamos o termo *impostos indiretos*, entretanto, no sistema de contas nacionais adotado pelo IBGE, a nomenclatura utilizada é *impostos sobre produtos*, que se subdividem em *impostos de importação* e *demais impostos sobre produtos* (*impostos sobre produtos = impostos de importação + demais impostos sobre produtos*). Como muitas questões de prova são retiradas literalmente do sistema de contas do Brasil, é bastante comum aparecer o termo *impostos sobre produtos* (ou impostos de importação e demais impostos sobre produtos) em vez de *impostos indiretos*. É apenas uma questão de nomenclatura que você deve ficar atento.
- **Outras receitas correntes do governo (ORG):** o governo recebe dividendos das empresas públicas, tendo em vista que ele possui participações nestas empresas. Esses dividendos fazem parte das ORG. Outras receitas que fazem parte das ORG são as rendas que o governo recebe na condição de locador de imóveis (os aluguéis). Assim, as ORG são os dividendos e os aluguéis. As ORG são obtidas a partir da própria exploração do patrimônio público (receitas originárias), enquanto os impostos são obtidos a partir do patrimônio de terceiros (receitas derivadas).
- **Transferências (transf):** são os pagamentos realizados pelo governo às pessoas, às empresas e ao resto do mundo sem que haja qualquer contrapartida de serviços. Exemplos: aposentadorias, pensões, donativos, programa bolsa-família⁸. Por representarem uma situação em que o governo “dá” renda às pessoas, as transferências podem também ser entendidas como impostos diretos com o sinal trocado (impostos diretos negativos).
Nota → Os juros da dívida interna⁹ que o governo paga aos possuidores de títulos públicos também são contabilizados como transferências (segundo Simonsen e Cysne, é uma classificação questionável, mas é a convenção adotada!).

⁸ É sabido que há alguns pré-requisitos para “garantir” o recebimento dos benefícios do programa bolsa-família, mas não consideramos esses requisitos a serem cumpridos como serviços prestados ao governo como contrapartida pelo pagamento dos benefícios do programa de distribuição de renda citado.

⁹ Os juros (pagos) da dívida interna são contabilizados como transferências, enquanto os juros da dívida externa são contabilizados em ORG (havendo pagamento de juros da dívida externa, haverá redução do saldo de ORG).

- **Subsídios sobre produtos (sub):** são voltados especificamente para o setor produtivo da economia e, ao contrário das transferências, têm uma contrapartida. Neste caso, o governo paga às empresas para que estas vendam determinado bem a um preço menor que aquele que seria cobrado em condições normais. O objetivo do subsídio é tornar mais barato ao consumidor o preço final de algum produto. Por visarem especificamente à produção, os subsídios podem ser tecnicamente definidos como impostos indiretos negativos. Exemplo: o governo subsidia a produção do combustível Diesel, por isso, encontramos este combustível mais barato que a gasolina nas bombas dos postos (o motivo é a redução dos custos de frete, tendo em vista que a produção brasileira é escoada principalmente através do meio de transporte rodoviário).
- **Renda líquida do governo (RLG):** é a soma dos impostos indiretos, impostos diretos e outras receitas do governo menos as transferências e os subsídios. **$RLG=II+ID+ORG-Trans-Sub$**
- **Poupança do governo (S_G):** finalmente chegamos ao conceito pretendido. A poupança do governo é o que ele auferiu menos o que ele gasta. Assim, basta somarmos as entradas de dinheiro menos as saídas. Desta forma:

$$S_G=II+ID+ORG-Transf-Sub-G$$

Há três observações finais a fazer sobre a poupança pública. *Primeiro*, observe que a única diferença entre a S_G e a RLG é o fato de que, na última, não subtraímos o valor do *consumo do governo (G)*, portanto, fique atento, pois S_G e RLG são conceitos diferentes! *Segundo*, a poupança do governo também pode ser chamada de **saldo do governo em conta corrente**, aliás, esta última nomenclatura é a que consta no rol do sistema de contas nacionais utilizado pelo IBGE. *Terceiro*, note-se que o governo pode ser deficitário em seu orçamento mas apresentar uma poupança positiva. Isto pode acontecer porque o conceito de poupança do governo não inclui as despesas de capital (as despesas a título de investimentos).

Em provas de concursos, quando for necessário calcular o saldo do governo em conta corrente (S_G), se você não se lembrar da fórmula, tente verificar as contas que significam entrada de recursos para o governo e as contas que significam saída de recursos do governo (é algo intuitivo, lembre-se: poupança do governo é o que o governo ganha menos o que ele gasta).

1.4.3 Poupança externa (S_{EXT})

Neste conceito de poupança, a referência é o resto do mundo (é necessário que isso fique claro!). Assim, se o Brasil gasta mais com importações do que recebe com as suas exportações, logicamente, o resto do mundo estará fazendo poupança às custas das transações econômicas com o Brasil. Em outras palavras, se o Brasil é deficitário nessas transações externas (importações, exportações, transferências,

envio e recebimento de rendas do exterior), o resto do mundo é superavitário e, logicamente, terá poupança externa positiva. Por outro lado, se o Brasil é superavitário nestas transações externas, o resto do mundo será deficitário, tendo poupança externa negativa ou despoupança externa.

Então, se em transações com o exterior, o Brasil é deficitário, necessariamente, o exterior é superavitário, logo haverá poupança externa positiva. Se, nestas transações, o Brasil é superavitário, necessariamente, o exterior é deficitário, havendo, portanto, poupança externa negativa (despoupança externa).

Em suma, estas transações com o resto do mundo podem ser resumidas em:

- **Importações e exportações de bens e serviços:** as importações aumentam a poupança externa (pois estamos pagando pelos bens e serviços importados, ou seja, “damos” dinheiro ao exterior, aumentando a poupança externa) ao passo que as exportações as diminuem (neste caso, o exterior paga pelos bens e serviços que exportamos, ou seja, ele nos “dá” dinheiro, reduzindo a poupança externa).
- **Rendas enviadas e recebidas para/do exterior:** em primeiro lugar lembre que renda significa remuneração de fator de produção (salários, aluguéis, juros, royalties, lucros, dividendos). Assim, por exemplo, quando uma filial de empresa estrangeira instalada no Brasil envia lucros ou dividendos para a matriz localizada no exterior¹⁰, haverá renda enviada ao exterior (aumento da poupança externa). Por outro lado, quando uma filial de empresa brasileira instalada no exterior envia lucros ou dividendos para a matriz localizada no Brasil¹¹, haverá renda recebida do exterior (redução de poupança externa).
Nota → A *renda enviada ao exterior (REE)* menos a *renda recebida do exterior (RRE)* ou, em uma nomenclatura mais técnica, a *renda enviada ao exterior líquida* da *recebida* é chamada de *renda líquida enviada ao exterior (RLEE)*. Assim, $RLEE = REE - RRE$.

Assim, concluímos que se a RLEE é positiva, haverá aumento da poupança externa, caso contrário, haverá redução da S_{EXT} .

Ainda em relação às rendas enviadas e recebidas do exterior, podemos falar também em *renda líquida recebida do exterior (RLRE¹²)*, o que é um mero jogo de palavras: trocamos a palavra *enviada* pela palavra *recebida*. Neste caso, a *RLRE* será a *renda recebida do exterior* menos a *renda enviada ao exterior*. Assim, $RLRE = RRE - REE$.

¹⁰ Exemplo desta situação: as filiais da Volkswagen (empresa alemã) instaladas no Brasil regularmente enviam parte de seus lucros para a matriz localizada na Alemanha. O envio desta remuneração de fator de produção (lucros) é renda enviada ao exterior, o que aumenta a poupança externa.

¹¹ Exemplo desta situação: as filiais da Gerdau (empresa brasileira) instaladas no Chile, regularmente, enviam parte de seus lucros para a matriz localizada no Brasil. O envio desta remuneração de fator de produção (lucros) é renda recebida do exterior, o que reduz a poupança externa.

¹² A RLRE, às vezes, pode também ser chamada de **RLFE: renda líquida de fatores externos**.

Logo, verifica-se que se a RLRE é positiva, haverá redução da poupança externa, caso contrário, haverá aumento da S_{EXT} .

Ressalto ainda que a RLEE ou a RLRE representará o saldo das rendas transacionadas com o exterior. Ou seja, qualquer remuneração de fator de produção que seja enviada ou recebida estará registrada na RLEE ou RLRE.

Nota 1 → no Brasil, utiliza-se na maioria dos casos a RLEE, pois, em nosso caso, as rendas enviadas (REE) superam as rendas recebidas (RRE).

- **Transferências unilaterais (TU):** quando o Brasil envia donativos ao exterior, haverá aumento da poupança externa. Por outro lado, quando o Brasil recebe doações do exterior, haverá redução da poupança externa.

Estas três transações (exportações e importações de bens e serviços, envio e recebimento de rendas, e transferências unilaterais), em conjunto, somadas, formam o nosso balanço de pagamentos em transações correntes ou o saldo em conta corrente do balanço de pagamentos (falaremos um pouco mais sobre isso quando estudarmos o balanço de pagamentos). Quando os saldos somados indicam que houve mais saída de dinheiro do Brasil do que entrada, haverá déficit do balanço de pagamentos em transações correntes, o que é equivalente a dizer que houve poupança externa positiva.

Assim, podemos dizer que a S_{EXT} é o mesmo que dizer “déficit do balanço de pagamentos em transações correntes¹³”. Se houver superávit em transações correntes, teremos S_{EXT} negativa. Outras nomenclaturas também usadas e que são sinônimos de “poupança externa” são: “passivo externo líquido” ou “transferências de capital enviadas ao resto do mundo¹⁴”. Assim:

Déficit no BP em TC = Saldo negativo em CC no BP = Poupança externa positiva = Passivo externo líquido = Transferências de capital enviadas ao resto do mundo

Se chamarmos o saldo de transações correntes do balanço de pagamentos de T e a poupança externa de S_{EXT} , teremos:

$$+S_{EXT} = - T$$

Agora vamos montar a fórmula para a poupança externa, lembrando que toda operação que representa saída de dinheiro do Brasil e entrada de dinheiro para o resto do mundo deve estar com o sinal positivo. Desta forma:

$$S_{EXT} = (M - X) + RLEE +/- TU$$

¹³ Tudo ficará mais claro ao estudarmos o Balanço de Pagamentos, na “Economia Aberta”, na aula 08. Lá você verá em maiores detalhes o que significa o saldo de transações correntes.

¹⁴ Se houver transferências de capital *enviadas* ao resto do mundo, haverá S_{EXT} positiva, pois o resto do mundo está recebendo as transferências. Se houver transferências de capital *recebidas* do resto do mundo, haverá S_{EXT} negativa, pois o resto do mundo estará enviando as transferências (diminuindo sua poupança).

Onde,

M= importações de bens e serviços, (usa-se M devido ao inglês: **IMPORT**)

X= exportações de bens e serviços, (usa-se X devido ao inglês: **EXPORT**)

RLEE = renda líquida enviada ao exterior (REE – RRE),

TU = transferências unilaterais (elas podem ser recebidas ou enviadas, por isso, não sabemos o sinal certo, daí usamos “+/-” na fórmula. Será “+” se for TU enviada; será “-” se for TU recebida).

Veja que as importações significam saída de dinheiro do Brasil (aumento de poupança externa), logo estão com sinal positivo. O mesmo raciocínio explica o sinal negativo das exportações e positiva da RLEE (se fosse RLRE, deveria estar com sinal negativo). Se houver recebimento de transferências unilaterais, elas serão registradas com sinal negativo, uma vez que reduzem a poupança do resto do mundo; havendo transferências enviadas, serão registradas com sinal positivo.

É bom também frisar que a letra M significa importações de bens e serviços, enquanto X significa exportações de bens e serviços. Sublinhei a palavra serviços nos dois casos pois é comum os estudantes pensarem que X e M significam apenas o saldo da balança comercial (exportação e importação de bens somente, excluindo os serviços), o que não é verdade.

Todos os saldos das transações com o exterior que envolvem remunerações de fatores de produção são registradas no item RLEE, por isso, muitas vezes, o item RLEE é denominado serviços *fatores* (em alusão ao fato de significarem pagamentos pela utilização de *fatores* de produção).

De forma análoga, o X pode aparecer com a denominação de *exportações de não fatores* ou ainda *exportações de bens e serviços não fatores* (em alusão ao fato de não terem relação com fatores de produção – já registrados em RLEE). De igual maneira, o M pode aparecer com a denominação de: *importação de não fatores* ou ainda *importações de bens e serviços não fatores*. As abreviaturas nestes casos podem aparecer assim: X_{NF} e M_{NF} .

1.4.4 Poupança interna (S_{INT})

A poupança interna é nada mais que a soma das poupanças privada e do governo. Logo, $S_{INT} = S_P + S_G$.

O principal objetivo deste tópico é alertar-lhes para o fato de que a S_{INT} pode apresentar outra nomenclatura: que é simplesmente *poupança bruta* ou ainda *poupança bruta do Brasil*.

1.5 INVESTIMENTO (I)

Em Economia, investimento tem uma conotação diferente da que usamos em nossas vidas reais. No dia a dia, para nós, investimento é quando você compra algo (um título ou imóvel, por exemplo) para vender mais tarde auferindo lucro. Em Economia, entretanto, isso não é correto: investimento é o acréscimo do estoque físico de capital. Como capital é o conjunto de bens de que dispõem as empresas para produzir, nós temos que o termo “investir”, em Economia, significa, obrigatoriamente, comprar ou produzir bens que aumentarão a produção da economia, caso contrário não será investimento.

Se uma empresa decide comprar maquinário (capital) a fim de aumentar a produção, isso será considerado um investimento. Se a Estratégia Concursos decide lançar um novo curso, é um investimento (há aumento de produção, neste caso, representado pela prestação de um serviço). Se uma firma decide produzir mais mercadorias (aumentando a simplesmente carga de trabalho dos funcionários, por exemplo), estará investindo, pois isto significa gastos que visam ao aumento de produção da economia. Assim, percebe-se que há dois tipos de investimento: um fixo (compra de bens de capital) e outro variável (estoques de produtos ou prestação de serviços). A parte fixa é o que chamamos de **formação bruta de capital fixo (FBKF)**; a parte variável é o que chamamos de **variação de estoques (ΔE)**. Assim:

$$I = FBKF + \Delta E$$

A FBKF compreende a compra de bens de capital, que serão usados pelas empresas para produzir, e a compra ou construção de edificações novas (prédios, escritórios, galpões, etc). A nova metodologia do SCN 2010 usada no Brasil a partir do final de 2015 também passou a considerar como FBKF alguns ativos intangíveis:

- os gastos com desenvolvimento de softwares e bancos de dados;
- gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D);
- gastos com exploração e avaliação de recursos minerais;
- produtos de propriedade intelectual e originais de literatura, artes e entretenimento.

Antes, estes gastos eram considerados “consumo intermediário” (falaremos sobre este conceito daqui a pouco). Na era da tecnologia e da inovação, os gastos das empresas com softwares e em pesquisa de novos produtos têm sido cada vez maior. Estes gastos têm objetivo de aumentar a produção das empresas que os realizam. Portanto, é natural que sejam considerados FBKF.

O mesmo acontece com os gastos em extração mineral, mesmo no caso de tal extração não resultar em acréscimo de receitas para as empresas que realizaram os gastos. Por exemplo, os gastos da Petrobrás na extração do pré-sal, segundo esta nova metodologia, são considerados FBKF, mesmo que esses gastos não tenham resultado no acréscimo de produção esperado pelo mercado. Como tais gastos com a extração tinham o objetivo de aumentar a produção, também é natural

que sejam considerados FBKF. Esta mudança metodológica de apuração da FBKF, com certeza, fez o seu valor aumentar.

Já os últimos (produtos de propriedade ...) ainda não foram incluídos no cálculo das Contas Nacionais, a exemplo do que ocorre em diversos países, por limitação da capacidade de coleta das informações.

A ΔE (EFINAL – EINICIAL) compreende a variação de estoques. Se houver aumento de estoques, o ΔE será positivo e haverá aumento de investimento. Caso o estoque seja vendido ao consumidor, ele deixará de fazer parte do conceito investimento (I), pois deixará de ser estoque.

O conceito de *investimentos* pode aparecer com a nomenclatura de *taxa de acumulação de capital* (em alusão ao fato de que acumular capital significa investir) ou ainda *formação bruta de capital* (não confunda com FBKF, esta é apenas uma parte dos *investimentos*, enquanto a *formação bruta de capital*, sem a palavra *fixo* ao final, é o próprio *investimento*).

Assim:

$$\text{Formação bruta de capital} = \text{taxa de acumulação de capital} = \text{investimentos} = \text{formação bruta de capital } \underline{\text{fixo}} \text{ (FBKF)} + \text{variação de estoques } (\Delta E)$$

Detalhe importante: se você comprar um imóvel ou um maquinário (bem de capital) usado, isso não é investimento, pois você não aumenta a produção da economia daquele ano em que você comprou a máquina usada. Esta máquina já foi computada como investimento no ano em que ela foi fabricada e/ou vendida pela primeira vez.

Se você compra uma ação na bolsa de valores, isto também não é investimento, pois não há aumento de produção. Neste último caso, é apenas uma operação financeira, mesmo que você compre a ação cotada em bolsa por 1 real e venda por 10 reais. Em contabilidade nacional, não consideramos tal operação como sendo investimento.

1.5.1 Investimento bruto (IB) x líquido (IL)

Em contabilidade nacional, quando nos referimos ao conceito de investimento, estamos, na verdade, fazendo alusão ao conceito bruto. Ele se diferencia do conceito líquido em virtude de não levar em conta as depreciações.

A depreciação (dep) é o desgaste natural que os bens de capital sofrem a cada período produtivo. Assim, quando uma empresa compra uma máquina nova por R\$ 10.000,00, depois de um ano, seu valor será menor. Essa redução de valor provocada pelo desgaste de uso da máquina é a depreciação. Parte dos novos investimentos realizados em uma economia serve para cobrir esse desgaste dos bens de capital.

É a depreciação que diferencia os conceitos de investimento bruto e líquido, sendo que:

$$IL = IB - Dep$$

Nota → a depreciação existe não só no conceito de *investimentos*, mas também quando falamos em *poupança* e *produto*. Em qualquer caso, lembre-se de duas coisas:

1 – durante a aplicação de fórmulas nas contas nacionais, usamos, via de regra, o conceito *bruto*. Por exemplo, se a questão pedir simplesmente o valor da poupança ou investimento, sem falar se é o valor bruto ou líquido, ela está querendo o conceito bruto. Assim, poupança privada é o mesmo que poupança bruta do setor privado; poupança do governo é o mesmo que poupança bruta do governo.

2 – em qualquer caso (vale também para o produto e para a poupança), o raciocínio é o mesmo: o líquido é sempre igual ao bruto menos a depreciação. Assim: **Líquido = Bruto – Dep.**

1.6. DESPESA ou DEMANDA (DA)

A economia como um todo possui quatro tipos de agentes, cada um possuindo o seu gasto, conforme segue:

Agente da economia ¹⁵	Gasto do agente
Famílias	C – consumo
Empresas	I – investimento
Governo	G – gasto do governo
Resto do mundo	X – exportações

Esse quadro nos ajudará a entender como se monta a equação da despesa agregada¹⁶. Primeiro, vamos dar a definição de despesa:

Despesa é o total dos gastos efetuados pelos agentes econômicos na aquisição dos bens e serviços finais produzidos pela sociedade durante determinado período de tempo. Veja que este conceito é uma mera consequência do conceito de produto. Ora, se o produto é o valor dos bens e serviços produzidos pela sociedade, e a despesa é o total dos gastos com a aquisição destes bens e serviços finais, podemos concluir o seguinte:

¹⁵ Quando falamos em economia fechada e sem governo, estamos falando que há apenas os agentes *famílias* e *empresas*. Se a economia é aberta e sem governo, há os agentes *famílias*, *empresas* e *resto do mundo*. Se a economia é aberta e com governo, há todos os agentes.

¹⁶ Em Macroeconomia, é comum usarmos o termo *agregado(a)* para salientarmos o fato de que estamos tratando de toda a economia. Assim, ao falarmos *despesa agregada*, *produto agregado* ou *renda agregada*, estamos querendo falar da economia como um todo. É uma questão meramente semântica.

- A despesa agrega os possíveis destinos do produto, afinal, a economia produz (produto) para que a sociedade consuma (despesa).
- Como os conceitos tratam do mesmo valor (os bens e serviços que são produzidos vão para o consumo), sabemos então, com certeza, que **PRODUTO = DESPESA**.

Agora que definimos despesa, podemos montar a sua equação. A despesa agregada é a destinação do produto. Ou seja, ela agrega as despesas de todos os agentes da economia na compra do que foi produzido por toda a economia. Somando as despesas de todos os agentes, na compra do que foi produzido, temos que a despesa agregada será: $C + I + G + X - M$. Assim:

$$\text{Despesa agregada (DA)} = C + I + G + X - M$$

Primeiro, você deve estar se perguntando: donde surgiu este M (importações)? Se você prestar atenção ao conceito de despesa, verá que ele se refere às despesas dos agentes com a compra daquilo *que foi produzido pela economia*. As importações representam a produção do resto do mundo e não a produção de nossa economia, logo, elas não fazem parte do conceito de despesa agregada. No entanto, os bens importados estão computados nos gastos das famílias, empresas e governo (no C, no I e no G), uma vez que estes agentes compram bens importados. Então, temos um problema: os gastos com importações estão no C, I e G, contudo, não fazem parte do conceito de despesa. Assim, para resolver este problema e para que a equação seja a representação fidedigna do conceito de despesa, devemos subtrair as importações da equação. Ou seja, o conceito de despesa não leva em conta as importações, por isso, elas aparecem com sinal negativo na expressão.

Segundo, você pode se perguntar se, mesmo no caso de haver produção que não seja consumida, o produto será igual à despesa. A resposta é sim, pois, neste caso, a produção não consumida, ou em excesso, ficará na forma de estoques (item I – investimentos). Se o produto for perecível e não for consumido e nem aproveitado na forma de estoques, será considerado gasto do empresário (consumo das famílias).

Por fim, ressalto que a despesa é uma variável fluxo, assim como o produto, até porque produto=despesa.

Nota 1 → despesa agregada é o mesmo que **demanda agregada**.

Nota 2 → a expressão $(X - M)$ representada na equação da despesa agregada também é chamada de **exportações líquidas (NX)** e *significa exportações líquidas de bens e serviços não fatores* (não é o saldo da balança comercial, em que são excluídos os serviços).

Fluxo circular da atividade econômica

Os fluxos a seguir mostram de maneira bastante simplificada o modo pelo qual uma economia de mercado ajusta a oferta e a procura das famílias à oferta e à procura das empresas, considerando que existem apenas estes 02 agentes econômicos (famílias ou pessoas e empresas).

Nota: na verdade, a economia possui 04 agentes econômicos (famílias, empresas, governo e resto do mundo), mas, neste fluxo, estamos supondo uma economia bem simples, onde existem apenas dois agentes econômicos, famílias e empresas.

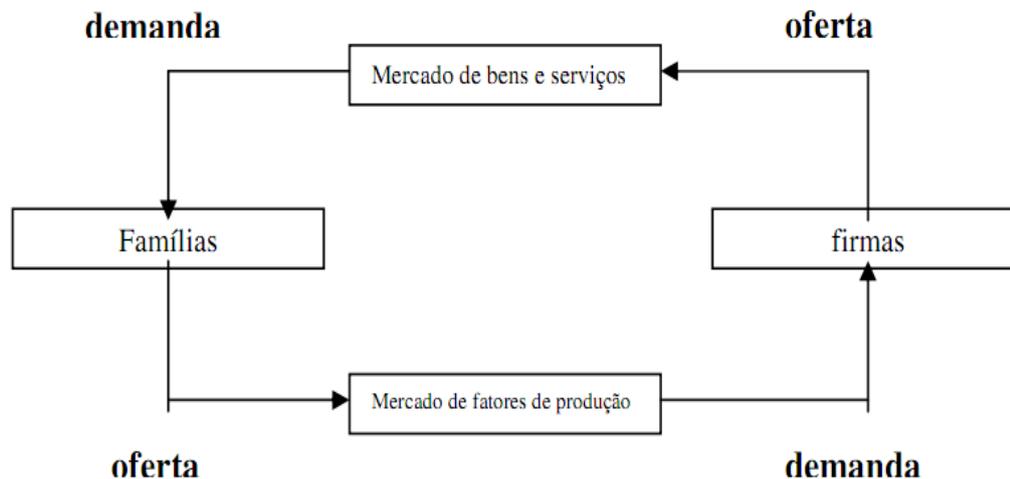
Com base na ação dos agentes econômicos, família e empresas, formam-se dois mercados reais da Economia:

a) mercado de fatores de produção compostos por terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial;

b) mercado de bens e serviços finais que são todos os bens disponibilizados pelas empresas.

A integração desses dois mercados pelos agentes econômicos forma o **fluxo real** da Economia, com suas respectivas ofertas e demandas.

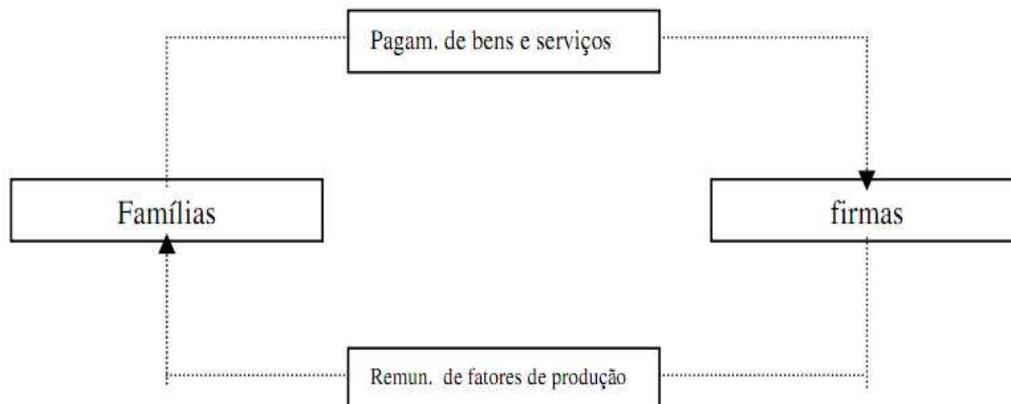
Fluxo real da Economia



***Famílias ofertam fatores de produção e demandam bens e serviços.
Empresas demandam fatores de produção e ofertam bens e serviços.***

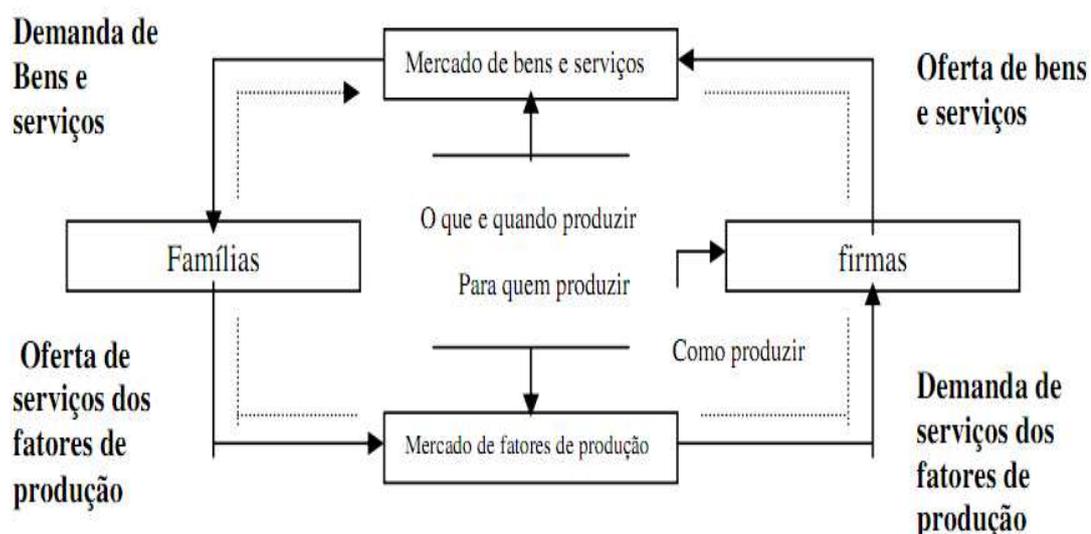
Para que haja fluxo real entre os dois mercados é preciso a presença da moeda que é utilizada para remunerar os fatores de produção (trabalho, capital, etc) e pagamento dos bens e serviços via sistema de preços. Deste modo, paralelamente ao fluxo real da Economia, temos o **fluxo monetário**.

Fluxo monetário da Economia



Se unirmos os fluxos real e monetário, teremos o fluxo circular da renda (ou fluxo circular da atividade econômica):

Fluxo circular de renda



Em cada um dos mercados (bens e serviços X fatores de produção), atuam conjuntamente as forças da oferta e da demanda, determinando preço. Assim, no mercado de bens e serviços formam-se os preços dos bens e serviços, enquanto no mercado de fatores de produção são determinados os preços dos fatores de produção (salários, juros, aluguéis, lucros, royalties, etc).

Esse fluxo, também chamado de fluxo básico, é o que se estabelece entre famílias e empresas. O fluxo completo incorpora o governo, adicionando-se o efeito dos impostos e dos gastos públicos ao fluxo anterior, bem como o resto do mundo, que inclui todas as transações com mercadorias, serviços e o movimento financeiro com o resto do mundo.

1.7. ABSORÇÃO INTERNA (AI)

Absorção (interna) é a soma do consumo final (consumo das famílias + consumo do governo) com o investimento. Trata-se do valor dos bens e serviços que a sociedade absorve em determinado período de tempo ou para o consumo de seus indivíduos/governo ou para o aumento do estoque de capital. Assim:

$$AI = C + I + G$$

Numa economia fechada, sem a presença do agente resto do mundo, a absorção interna será igual à despesa agregada. Basta comparar as equações da AI e DA e considerar que, em uma economia fechada, não temos os itens X e M da equação da DA. Neste caso, $AI=DA$.

Numa economia aberta, os dois agregados podem ser diferentes. Se a economia exporta mais bens ou serviços do que importa, a despesa agregada será maior que a absorção interna. Como a despesa agregada é igual ao produto, sabemos que parte da produção total não é absorvida pelo país, mas pelo exterior (o produto é superior à absorção).

Por outro lado, se a economia mais importa bens e serviços do que exporta, a despesa agregada será menor que a absorção interna. Como despesa é igual a produto, sabemos que a absorção interna é maior que o produto. Esse excesso de absorção é suprido pelas importações de bens e serviços.

Assim, no caso da economia aberta, concluímos que o excesso (negativo ou positivo) do produto sobre a absorção coincide com o saldo das exportações líquidas ($X - M$).

1.8. IDENTIDADES MACROECONÔMICAS FUNDAMENTAIS

1.8.1. PRODUTO=REND=DESPESA¹⁷

Nos itens 1.2, *Renda*, e 1.6, *Despesa*, foram demonstrados semanticamente, usando o significado dos conceitos, que: *produto=renda* e *produto=despesa*; o que nos leva a concluir que ***produto=renda=despesa***.

¹⁷ Nós colocamos o sinal de igualdade (=), mas o mais correto seria o sinal de identidade (\equiv), pois a identidade é uma tautologia, é sempre verdadeira e jamais pode ser refutada, ao contrário da igualdade. Exemplo: $1+1=2$, já $2\equiv 2$ (esta última identidade jamais poderá ser refutada, ao passo que a primeira pode. Ademais, não se pode dizer, por exemplo, que $1+1\equiv 2$, somente $2\equiv 2$). Isto é apenas uma curiosidade, fique tranquilo, pois nunca vi isso cair em concursos, ok?!

Tentarei explicar o porquê da forma mais intuitiva possível. Suponha que a produção de um país se resume a este curso de Economia do Estratégia Concursos que você adquiriu (R\$ 250,00). Eu lhe pergunto: quais os valores do produto, despesa e renda?

Produto é o bem ou serviço final: R\$ 250,00. Despesa é o gasto total dos agentes da economia: R\$ 250,00. Renda é o somatório das remunerações dos fatores de produção: R\$ 250,00 (é com estes R\$ 250,00 que o professor será remunerado – salário – o dono do curso será remunerado – lucro – o dono do dinheiro que foi emprestado – juros – e outras remunerações de fatores de produção que sejam necessárias). Ou seja, para qualquer operação na economia, o dinheiro gasto pelos agentes na aquisição de bens e serviços (despesa) será igual ao próprio valor de venda dos bens e serviços produzidos (produto). O valor recebido pelos produtores servirá para remunerar os fatores de produção (rendas: salários, lucro, aluguéis, juros, etc). Assim, teremos sempre que:

$$\mathbf{Produto = Renda = Despesa}$$

Vale ressaltar que muitas vezes é colocada a palavra agregada junto com os termos, o que significa a mesma coisa (produto=produto agregado; renda=renda agregada; e despesa=despesa agregada).

1.8.2. INVESTIMENTO=POUPANÇA

Numa economia fechada e sem governo (não tem G nem X–M na despesa agregada), a produção (P) de bens finais terá apenas duas utilizações: ou será consumida pelas famílias (consumo das famílias) ou será acumulada pelas empresas, como investimentos (sob a forma de bens de capital e/ou de variação de estoques). Assim:

$$\mathbf{P = C + I}$$

Por outro lado, sabe-se que a renda (R) da economia tem duas utilizações: ou é apropriada para consumo (C) ou vira poupança (S). Assim:

$$\mathbf{R = C + S}$$

Como sabemos, produto=renda=despesa, logo, P será igual a R:

$$\begin{array}{r} P = R \\ /C + I = C + S \\ I = S \end{array}$$

Portanto, sabemos que as poupanças realizadas pelas famílias é que financiam os investimentos totais realizados pelas empresas. Observe que *esta*

identidade $I=S$ é um mero desenvolvimento da identidade produto=renda=despesa, pois foi a partir desta que foi possível chegarmos àquela.

Se supusermos agora que estamos em uma economia completa (aberta e com governo), teremos as seguintes expressões, muito cobrada em provas:

$$I = S_P + S_G + S_{EXT}$$
$$FBKF + \Delta E = S_P + S_G + S_{EXT}$$

Como $S_P+S_G=S_{INT}$ (poupança interna), podemos ainda definir assim:

$$I = S_{INT} + S_{EXT}$$
$$FBKF + \Delta E = S_{INT} + S_{EXT}$$

Assim, vemos que são as poupanças que financiam os investimentos da economia. Parte desses investimentos é financiada pela poupança privada, parte pela poupança pública e parte pela poupança externa.

Os recursos das poupanças são convertidos em investimentos por intermédio do sistema financeiro. A renda não consumida pelos agentes é aplicada na aquisição de ativos financeiros que rendem juros. As instituições financeiras, por sua vez, utilizam os recursos captados para emprestar às empresas, que podem efetuar esses investimentos.

No caso da poupança total ($S_P + S_G + S_{EXT}$) ser maior que o investimento total ($FBKF + \Delta E$), temos *capacidade de financiamento*. Por outro lado, se investimentos totais são maiores que a poupança total, temos *necessidade de financiamento*. Assim:

$$S > I \rightarrow \text{capacidade de financiamento,}$$
$$I > S \rightarrow \text{necessidade de financiamento.}$$

1.9 DÉFICIT PÚBLICO (DP)

No item 1.3, consumo, nós vimos que os gastos do governo com investimentos (despesas de capital) não são contabilizados como consumo do governo (G), mas sim como investimentos (I). Desta forma, além da divisão habitual do agregado *investimento* em FBKF e ΔE , podemos dividi-lo também em I_P e I_G (investimento privado e investimento público). Assim:

$$I = I_P + I_G$$

ou

$$I = FBKF + \Delta E$$

O déficit público, em contas nacionais, significa o excesso de investimentos públicos sobre a poupança pública. Então, como **déficit público(DP)=I_G-S_G**; $I=S_P+S_G+S_{EXT}$ e $I=I_P+I_G$, então:

$$I_P + I_G = S_P + S_G + S_{EXT}$$

$$I_G - S_G = S_P - I_P + S_{EXT}$$

$$\mathbf{DP = (S_P - I_P) + S_{EXT}}$$

Assim, pela ótica da contabilidade nacional, o déficit público é financiado, em parte, pelo excesso de poupança privada sobre o investimento privado e, em outra parte, pela poupança externa (=déficit no balanço de pagamentos em transações correntes). Veja que chegamos a uma afirmação estranha, mas que é correta: o déficit público é financiado em uma parte pelo déficit do balanço de pagamento em transações correntes (Verdadeiro).

1.10 DIFERENTES CONCEITOS DE PRODUTO

1.10.1. Produto INTERNO X NACIONAL

Interno dá a ideia de interior, de algo que é produzido dentro de algo. Nacional dá a ideia de nação, de algo que é produzido por uma nação.

Pois bem, o *produto interno* é uma medição do produto que leva em conta aspectos geográficos, isto é, contabiliza tudo que é produzido dentro do país, no interior de suas fronteiras, não importando por quem seja.

O *produto nacional* é uma medição do produto que leva em conta aspectos nacionais, isto é, contabiliza tudo que é produzido por nacionais, não importando se estão dentro ou fora do país.

O que difere um conceito do outro é a renda que se envia ao exterior e a renda que se recebe do exterior. Vale lembrar que renda significa soma de remunerações de fatores de produção. Por exemplo, aqui no Brasil, há inúmeras empresas cujos fatores de produção (capital, mão-de-obra, tecnologia) pertencem a outros países (Hyundai, Microsoft, Adidas, BMW, etc).

De tempos em tempos, as filiais dessas multinacionais que estão aqui instaladas enviam rendas para as suas matrizes localizadas no resto do mundo. De acordo com a metodologia do *produto interno*, essas rendas enviadas devem ser contabilizadas no produto, pois foram originadas por fatores de produção instalados em território brasileiro, dentro de nosso país. De acordo com a metodologia do produto nacional, tais rendas enviadas não devem ser contabilizadas no produto, pois foram originadas por fatores de produção de propriedade estrangeira (não nacional).

Agora imagine as inúmeras filiais da Petrobrás existentes na América do Sul. De tempos em tempos, essas filiais enviam parte de suas rendas para a matriz no Brasil. De acordo com a metodologia do *produto interno*, essas rendas recebidas não devem ser contabilizadas no produto, pois foram originadas fora das fronteiras do país. Já para a metodologia do *produto nacional*, tais rendas devem ser contabilizadas sim, pois foram originadas por fatores de produção de propriedade de nacionais.

Traduzindo estes conceitos algebricamente, temos que:

Produto nacional = Produto Interno – Renda enviada ao exterior (REE) + Renda recebida do exterior (RRE)

ou

Produto Interno = Produto Nacional + REE – RRE

Ainda temos que:

$REE - RRE = RLEE$ (Renda líquida enviada ao exterior)

Assim:

Produto Interno = Produto Nacional + RLEE (1)

ou

Produto Nacional = Produto Interno – RLEE

Se a renda recebida for maior que a renda enviada, logicamente, a RLEE será negativa, ou ainda, teremos RLRE (renda líquida recebida do exterior) positiva.

Pela equação (1), percebe-se que, caso o país mais envie renda ao exterior do que receba, terá o produto interno maior que o produto nacional. Este é o caso dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (Brasil, por exemplo), em que o número de empresas estrangeiras em solo nacional é maior que o número de empresas nacionais em solo estrangeiro. Por este motivo, nestes países, usa-se o produto interno como meio de aferição macroscópica da economia, pois ele refletirá de forma mais precisa e real a evolução da economia.

Caso o país tenha mais empresas nacionais em solo estrangeiro do que empresas estrangeiras em solo nacional, terá o produto nacional maior que o produto interno (a RLEE será negativa). Este é o caso dos países mais desenvolvidos economicamente (EUA, Japão, Alemanha, etc).

1.10.2. Produto BRUTO X LÍQUIDO

A produção de um país sofre um desgaste físico parcial dos bens produzidos. Esse desgaste é a **depreciação**. O produto líquido corresponde ao produto bruto MENOS a depreciação. Assim:

Produto líquido = Produto bruto – DEPRECIÇÃO

OU

$$\text{Produto bruto} = \text{Produto líquido} + \text{DEPRECIÇÃO}$$

Do ponto de vista técnico, o conceito mais correto a ser utilizado para análise é o produto líquido, no entanto, a depreciação é muito difícil de ser estimada. Por isso, utiliza-se normalmente o conceito bruto.

1.10.3. Produto a PREÇOS DE MERCADO_{PM} X a CUSTOS DE FATORES_{CF}

O produto a custos de fatores é aquele que mede a produção de bens e serviços considerando apenas os custos dos fatores de produção. No entanto, os bens e serviços produzidos na economia não são transacionados a este preço, pois há a intervenção do governo que, por meio dos impostos e dos subsídios, altera os preços dos custos de fatores. Assim, partindo do produto a custos de fatores, para chegarmos ao produto a preços de mercado, devemos somar os impostos indiretos e subtrair os subsídios.

Somamos os impostos indiretos pois eles aumentam os preços dos produtos; diminuimos os subsídios pois eles reduzem os preços dos produtos. Utilizamos os impostos indiretos em vez dos impostos diretos, pois são aqueles que incidem sobre a produção. De forma análoga, utilizamos os subsídios em vez das transferências, pois são aqueles que incidem sobre a produção com o objetivo de reduzir o preço dos bens e serviços finais. Traduzindo algebricamente, temos:

$$\text{PRODUTO}_{PM} = \text{PRODUTO}_{CF} + \text{Impostos Indiretos} - \text{Subsídios}$$

OU

$$\text{PRODUTO}_{CF} = \text{PRODUTO}_{PM} - \text{Impostos Indiretos} + \text{Subsídios}$$

A medida regularmente utilizada é o produto a preços de mercado, por motivos óbvios (é o preço que se usa na prática: “preços de mercado”).

Normalmente, o PIB_{PM} será maior que o PIB_{CF} pois é natural que os impostos indiretos sejam maiores que o montante de subsídios. Porém, nada impede que estes sejam maiores que aqueles fazendo com que o PIB_{CF} seja maior que o PIB_{PM}.

→ Exercício prático!

Sabendo que a RLEE=50, Depreciação=25, Impostos Indiretos=30, Subsídios=10 e PIB_{PM}=1000, calcule o PNL_{CF}.

Resolução:

Bem, temos um PIB_{PM} e devemos transformá-lo em PNL_{CF}. Uma boa sugestão é fazer por partes, uma conversão de cada vez:

1) Conversão: Interno → Nacional:

$$\text{PIB}_{PM} = \text{PNB}_{PM} + \text{RLEE}$$

$$\text{PNB}_{PM} = \text{PIB}_{PM} - \text{RLEE}$$

$$\text{PNB}_{PM} = 1000 - 50 = 950$$

2) Conversão: Bruto → Líquido:

$$PNL_{PM} = PNB_{PM} - \text{Depreciação}$$

$$PNL_{PM} = 950 - 25 = 925$$

3) Conversão: Preços de mercado → Custo de fatores

$$PNL_{PM} = PNL_{CF} + II - \text{Sub}$$

$$PNL_{CF} = PNL_{PM} - II + \text{Sub}$$

$$PNL_{CF} = 925 - 30 + 10$$

$$\mathbf{PNL_{CF} = 905 \text{ (Resposta!)}$$

Ressalto que esta é apenas uma das inúmeras formas de se resolver. Se você fez de outra maneira e atingiu o resultado, não se preocupe!

Nota → Como produto=renda=despesa, temos que qualquer conceito de produto será igual ao conceito de renda e/ou despesa equivalente. Por exemplo: $RIB = PIB = DIB$; $RNL_{CF} = PNL_{CF} = DNL_{CF}$; $DNB_{PM} = PNB_{PM} = RNB_{PM}$ e assim por diante.

1.10.4. PIB_{PM}

Conforme vimos nos itens acima, o Brasil utiliza os conceitos *Interno, Bruto e a Preços de Mercado*. Assim, aquela medida que vemos nos noticiários televisivos e jornais como aferição da medida econômica do país é o PIB_{PM}. É ele a “menina dos olhos” da equipe econômica, é o principal agregado macroeconômico da contabilidade nacional. **Quando, em questões de prova, é mencionado de forma genérica o PIB (Produto interno bruto), está sendo falado, na verdade, sobre o PIB_{PM}.**

1.11. MENSURANDO O PIB

Em virtude de sabermos que Produto=Renda=Despesa, podemos calcular o valor do PIB por três caminhos diferentes: pela ótica da despesa, pela ótica da renda e pela ótica do produto (três métodos apenas pela ótica do produto). Os resultados encontrados nas três óticas devem ser iguais.

1.11.1. Ótica do produto

Nós vimos que o produto é o valor dos bens e serviços finais produzidos em determinado período de tempo. Nessa aferição é essencial evitar a dupla contagem: não faria sentido somar todos os valores produzidos por todas as unidades produtivas do país. Deixe-me explicar melhor: suponha 01 litro de leite produzido em uma fábrica qualquer. Esse leite produzido poderá virar leite condensado, que

poderá virar uma calda de chocolate, que poderá virar uma cobertura de uma deliciosa torta vendida em uma padaria. No entanto, esse produto só pode ser contado uma vez no cálculo do produto de um país, caso contrário o produto do país será superestimado. O procedimento correto, neste caso, é contabilizar apenas a torta que foi vendida na padaria, isto é, o produto final.

Assim, para evitar a dupla contagem, só se inclui no produto o valor dos bens e serviços finais durante o período em questão. Outro exemplo: suponha o petróleo que é extraído pela Petrobrás. O petróleo extraído para exportação é um bem final (pois seu estágio final será venda para o resto do mundo), logo entrará no cálculo do produto. Já o petróleo que é empregado como insumo para a fabricação de gasolina não é computado no produto, sendo tratado como consumo intermediário (foi consumido na produção de gasolina), desta forma, só a gasolina (produto final) é computada no produto do país. Ou se procede desta maneira (considerando apenas o bem final), ou se soma tudo o que foi produzido e se subtrai o consumo intermediário. As duas formas (só o produto final; e o total da produção menos o consumo intermediário) devem apresentar o mesmo resultado.

Outra forma equivalente de aferir o produto obtém-se pelo conceito de **valor adicionado ou agregado**. Denomina-se valor adicionado em determinada etapa de produção a diferença entre o valor bruto produzido nesta etapa e o consumo intermediário. Assim, temos o seguinte em relação às várias (três) formas pelas quais podemos calcular o produto de um país:

- ➔ É o valor total dos *bens e serviços finais* produzidos no país num determinado período de tempo.
- ➔ O total dos valores brutos produzidos menos os *consumos intermediários (CI)* num determinado período de tempo. O total dos valores brutos produzidos é chamado de *produção total (PT)* ou *valor bruto da produção (VBP)*.
- ➔ A soma dos *valores adicionados ou agregados (VA)* num determinado período de tempo.

Sei que parece confuso, por isso, ilustraremos de forma numérica essas três formas de se calcular o produto de um país. Imagine o seguinte exemplo: suponha um país, que possua uma fazenda que produza *trigo* no valor de R\$ 150 (valor adicionado=R\$ 150, uma vez que não há consumo intermediário nesta primeira etapa da produção). Essa fazenda vende toda a sua produção de trigo para uma fábrica de *farinha de trigo*, que, por sua vez, produz farinha de trigo no valor de R\$ 350 (valor adicionado=R\$ 200). Essa fábrica de farinha de trigo vende toda a sua produção para uma padaria que produz *pães* no valor de R\$ 650 (valor adicionado=R\$ 300). Calculemos o produto utilizando os três métodos:

	Valor total bruto (VTB)	Consumo intermediário (CI)	Vir adicionado (VTB – CI)
Fazenda (trigo)	R\$ 150	0	R\$ 150
Fábrica(farinha)	R\$ 350	R\$ 150	R\$ 200
Padaria (pão)	R\$ 650	R\$ 350	R\$ 300

Total	R\$ 1.150	R\$ 500	R\$ 650
--------------	-----------	---------	---------

- 1) **1º método (bens e serviços e finais):** será R\$ 650, pois este é valor do bem final (o pão).
- 2) **2º método (VTB – Cons. Intermediário):** será R\$ 1.150 (VTB) MENOS R\$ 500 (somatório dos CI). Assim, o produto será R\$ 650.
- 3) **3º método (somatório dos valores adicionados):** será R\$ 150 (valor adicionado na 1ª etapa) mais R\$ 200 (valor adicionado na segunda etapa) mais R\$ 300 (valor adicionado na terceira etapa). Logo, o produto será R\$ 650.

Veja que o produto foi R\$ 650 nos três métodos e não poderia ser de forma diferente! Vale destacar que estes três métodos nos dão o resultado do PIB a custo de fatores. Segue então o resumo com as três maneiras de se calcular o PIB_{CF}, sob a ótica do produto:

- 1) $PIB_{CF} = \text{Soma dos bens e serviços finais produzidos}$
- 2) $PIB_{CF} = \text{Valor bruto da produção} - \text{Consumo intermediário}$
- 3) $PIB_{CF} = \Sigma \text{Valores agregados ou adicionados}$

Caso se queira chegar ao PIB_{PM}, que é o conceito mais importante e ao qual todos se referem quando se fala em “PIB” genericamente, basta acrescentar os impostos indiretos líquidos dos subsídios (uma vez que $PIB_{PM} = PIB_{CF} + II - Sub$). Desta forma, pela ótica do produto, as formulações, considerando o PIB_{PM}, serão:

- 1) $PIB_{PM} = \text{Soma dos bens e serviços finais produzidos} + II - Sub$
- 2) $PIB_{PM} = \text{Valor bruto da produção} - \text{Consumo intermediário} + II - Sub$
- 3) $PIB_{PM} = \Sigma \text{Valores agregados ou adicionados} + II - Sub$

1.11.2. Ótica da renda

Pessoal, prepare o espírito, pois este é o item mais “decoreba” da aula. Em algumas partes, pedirei apenas para memorizar, pois demonstrar e explicar determinadas expressões levaria muitas páginas e tomaria muito tempo, apresentando uma relação esforço/benefício muito elevada.

Devemos atentar inicialmente que renda é o somatório das remunerações dos fatores de produção. Assim, $\text{renda}^{18} = \text{salários} + \text{lucros} + \text{juros} + \text{aluguéis}$. De modo mais técnico, estamos falando da remuneração dos proprietários dos fatores de produção residentes em um país.

Cabe-nos agora descobrir de que renda estamos falando? Essa renda significa a renda nacional. Logo, $\text{renda nacional} = \text{salários} + \text{lucros} + \text{juros} + \text{aluguéis}$. Por convenção, quando falamos em renda nacional, sem dizer se é líquida

¹⁸ Excluimos os royalties e dividendos por motivos didáticos.

ou bruta, ou se é a preços de mercado ou a custo de fatores, trata-se da renda nacional líquida e a custo de fatores (renda nacional = RNL_{CF}). Assim sendo:

$$\text{Renda Nacional}^{19} = RNL_{CF} = PNL_{CF}$$

O mesmo raciocínio vale para a renda interna. Quando falamos renda interna, entende-se que é a renda interna líquida e a custo de fatores (renda interna = RIL_{CF}):

$$\text{Renda Interna}^{20} = RIL_{CF} = PIL_{CF}$$

Segue o cálculo da Renda Nacional, que leva em conta as remunerações dos fatores de produção dos agentes da economia:

$$\text{Renda Nacional} = RNL_{CF} = \text{salários} + \text{juros} + \text{lucros} + \text{aluguéis}$$

Nota 1 → se a questão de prova falar em renda nacional, considere o conceito líquido e a custo de fatores, isto é, considere que renda nacional = RNL_{CF} . O mesmo se aplica à renda interna, que é o mesmo que RIL_{CF} . No entanto, **se a questão falar em renda nacional bruta (neste caso, existe a palavra bruta), considere o conceito a preços de mercado, isto é, considere que renda nacional bruta = RNB_{PM}** . O mesmo se aplica à renda interna bruta, que é o mesmo que RIB_{PM} . Então, concluindo sobre estas duas convenções:

- ✓ Se for falado apenas em renda interna ou nacional, estamos falando do conceito líquido e a custo de fatores.
- ✓ Se for falado de renda interna bruta ou renda nacional bruta, estamos falando do conceito a preços de mercado. O motivo para isto é a convenção adotada pelo IBGE no sistema de contas nacionais.

Agora, aproveitando que estamos falando no assunto, falemos de mais alguns conceitos (que já caíram em prova) envolvendo renda e que você deve decorar:

Renda nacional disponível bruta (RNDB): a renda nacional disponível bruta é a renda nacional (RNL_{CF}) acrescida dos impostos indiretos menos os subsídios, mais a depreciação, mais transferências correntes²¹ recebidas menos as transferências correntes enviadas ao exterior. Em outras palavras, e de modo mais resumido, a *RNDB é a renda nacional bruta a preços de mercado (RNB_{PM}) +/- transferências correntes enviadas/recebidas do resto do mundo*. Sendo assim:

¹⁹ A **Renda Nacional** corresponde ao total da remuneração efetuada pelas unidades produtivas de um país aos proprietários dos fatores de produção, como contrapartida pela utilização de seus serviços para efetivar a produção **nacional**.

²⁰ A **Renda Interna** corresponde ao total da remuneração efetuada pelas unidades produtivas de um país aos proprietários dos fatores de produção, como contrapartida pela utilização de seus serviços para efetivar a produção **interna**.

²¹ Transferências correntes são transferências sem contrapartida, não significam pagamento de fatores de produção, bens ou serviços. São como donativos.

$$RNDB = RNB_{PM} +/- \text{transferências correntes do resto do mundo}$$

Se as transferências forem recebidas, estarão com sinal positivo; se forem enviadas, estarão com sinal negativo.

Poupança bruta: no item 1.4.4, *poupança interna*, vimos que a poupança interna pode também ser chamada de *poupança bruta do Brasil* ou simplesmente *poupança bruta*. A poupança, por definição, é a renda não consumida. No entanto, em questões de prova, muitas vezes, precisamos de uma definição mais precisa, que é essa:

$$\text{Poupança interna } (S_P + S_G) = RNDB - \text{Consumo final (consumo das famílias e do governo} = C_F + G)$$

Como poupança interna=poupança bruta=poupança bruta do Brasil, então:

$$\text{Poupança bruta do Brasil} = RNDB - C_{FINAL}$$

Renda pessoal disponível (RPD): este conceito pode ser memorizado através do raciocínio (não é tão decorada). A RPD, pelo o que o próprio nome indica, é a renda que fica disponível para as pessoas. Então, RPD será a renda nacional (RNL_{CF}) MENOS tudo aquilo que não sejam remunerações de fatores de produção de propriedade das pessoas (famílias) e/ou também MENOS tudo aquilo que reduz a disponibilidade de renda das pessoas. Assim:

$$\text{Renda pessoal disponível (RPD)} = \text{Renda nacional } (RNL_{CF}) - \text{lucros retidos} - \text{impostos diretos sobre as pessoas} + \text{transferências às pessoas/famílias}$$

Os *lucros retidos* são os lucros que as empresas não distribuem às pessoas, portanto, não fazem parte da renda que é disponível para as pessoas (RPD), devendo, assim, ser excluídos do cálculo da RPD. Os *impostos diretos* que incidem sobre as pessoas/famílias também reduzem a renda que é disponível para as pessoas, devendo, assim, ser levados em conta no cálculo, com sinal de menos. Por último, as *transferências às famílias* aumentam a RPD, pois haverá mais renda disponível para as pessoas.

Nota 2 → Se os impostos diretos forem impostos diretos *sobre as empresas* (pessoas jurídicas), eles não reduzirão a RPD. O mesmo acontece com as transferências, se estas forem direcionadas às empresas (transferências a empresas), não aumentarão a RPD.

1.11.3. Ótica da despesa

A despesa ou demanda agregada (DA) é o destino da produção, isto é, são os gastos dos agentes econômicos na aquisição da produção.

Na ótica da despesa, para calcular o PIB_{PM} , devemos somar todas as despesas realizadas pelos agentes econômicos para que eles possam adquirir a produção. Nós já vimos que essa soma equivale a:

$$DA = C + I + G + X - M$$

Neste caso, a despesa agregada é o próprio PIB_{PM} . Sendo assim, o PIB_{PM} , pela ótica da despesa será:

$$PIB_{PM} = C + I + G + X - M$$

Lembro também que o item G só engloba os gastos do governo com bens e serviços. Não englobam os gastos com investimentos (enquadrados em I).

A partir do PIB pela ótica da despesa, também podemos definir mais dois conceitos que: demanda e oferta global. A oferta global (ou oferta agregada, ou oferta final) significa todos os bens que são ofertados na economia. Para isso, basta somar ao PIB o valor das importações (oferta global = $PIB + M$). A demanda global (ou demanda final) será o outro lado da equação, sem a dedução das importações:

$$\underbrace{PIB_{PM} + M}_{\text{Oferta global}} = \underbrace{C + I + G + X}_{\text{demanda global}}$$

Observação sobre os cálculos do produto sob as três óticas: as questões de provas, *a priori*, não informam sob qual ótica o candidato deve realizar o cálculo do produto. É ele próprio que deverá decidir, com base nos dados do enunciado sob qual ótica serão realizados seus cálculos. Por exemplo, se questão pedir o PIB_{PM} e der os valores de C, I, G, X e M, é evidente que o concursado deverá utilizar a ótica da despesa. Se, por outro lado, a banca pedir o PIB_{PM} e informar o valor total bruto da produção (VTB) e o consumo intermediário (CI), devemos utilizar, para este caso, a ótica do produto.

1.13. CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA e LÍQUIDA

A carga tributária bruta (CTB) mede a proporção entre a receita tributária (impostos indiretos e diretos) e o PIB_{PM} . Em outras palavras, ela mede qual o percentual da produção do país que serve para financiar os gastos do governo. Algebricamente:

$$CTB \text{ (em \%)} = \frac{\text{Receita tributária do governo}}{PIB_{pm}} = \frac{\text{Impostos indiretos} + \text{impostos diretos}}{PIB_{pm}}$$

Destacamos que o conceito de CTB é expresso em medidas percentuais. Por exemplo, se a receita tributária do governo é R\$ 1 milhão e o PIB é R\$ 5 milhões, a CTB será $1/5=0,2$; o que corresponde dizer que a CTB é de 20%.

A carga tributária líquida (CTL) exclui da receita tributária do governo as transferências e os subsídios:

$$CTL \text{ (em \%)} = \frac{\text{Receita tributária} - \text{Transferências} - \text{Subsídios}}{\text{PIBpm}}$$

1.14. PROBLEMAS COM O USO DO PIB

O PIB não leva em conta a saúde de nossos filhos, a qualidade de sua educação ou a alegria de suas diversões. Não inclui a beleza de nossa poesia ou a intensidade de nossos casamentos, a inteligência de nossos debates públicos ou a integridade de nossas autoridades públicas. Não mede nem a nossa coragem, nem a nossa sabedoria, nem a nossa dedicação ao país. Mede todas as coisas, em resumo, exceto aquilo que faz com que a vida valha a pena.

- Robert Kennedy, em discurso quando concorria à presidência em 1968.

O PIB, apesar de bastante difundido, não é um instrumento perfeito para medir a produção e a renda correntes, assim como a Renda per capita (ou PIB per capita) não é um instrumento perfeito de avaliação do bem estar da população. Assim, não devemos confundir o PIB com desenvolvimento e/ou bem-estar, ele é apenas mais um índice. **O fato de termos PIBs *per capita* elevados não implica obrigatoriamente bem-estar ou desenvolvimento, indica apenas riqueza material (de bens).** Vejamos os motivos:

- ✓ O PIB ignora em seu cômputo muitas transações não monetárias, como, por exemplo: trabalho do lar, prestações de favores, alimentação no domicílio, agricultura de subsistência, etc. Em suma, atividades produtivas que não envolvem transações de mercado, nem são precificadas, não entram no cálculo do PIB. A não-inclusão destas atividades pode levar a situações bastante esdrúxulas. Por exemplo, se uma madame se apaixona e se casa com seu motorista e, após o casamento, seu marido trabalhe para ela por amor e não por dinheiro, haverá redução do PIB, pois o salário que era pago ao motorista sumirá das estatísticas. Como disse certa vez o economista inglês Arthur Pigou: “Quem casa com a própria empregada diminui a renda nacional”.
- ✓ O PIB, pela inviabilidade de cálculo, não registra a economia clandestina (informal e/ou ilegal). Pela própria natureza dessas atividades, é impossível

os institutos econômicos conseguirem aferir economicamente com alguma precisão essas atividades. Sendo assim, não fazem parte do PIB.

- ✓ O PIB não considera os custos sociais (externalidades), efeitos colaterais ou males da produção. Entre essas ocorrências não registradas, temos os danos ambientais (o vazamento de óleo que ocorreu no Golfo do México causado pela British Petroleum no ano passado não é computado no PIB), desastres naturais (terremotos, furacões, enchentes e outros desastres também não são registrados no PIB), emissão de gases poluentes, etc.
- ✓ O PIB não leva em conta a distribuição de renda da sociedade. Por exemplo, os países árabes têm elevada renda per capita, porém o número de pobres é elevadíssimo. Isto ocorre porque os ricos são excessivamente ricos e detêm a maior parte da renda.
- ✓ O PIB exclui o lazer como um bem valorizado pelas pessoas, assim como o desconforto associado à produção de bens de serviços, como custo para o ser humano. Por tal motivo, ele não é um meio eficiente de medição do bem-estar econômico. Um país pode ter R\$ 30.000,00 de renda per capita anual, com uma média de 30 horas de trabalho semanais; enquanto outro pode ter os mesmos R\$ 30.000,00, porém com uma média de 50 horas de trabalho semanais. O PIB ou renda per capita é igual nos dois países, mas o bem-estar é melhor no primeiro caso.

Apesar destes problemas, o PIB provê uma medida razoavelmente precisa do produto de mercado de uma sociedade, bem como da taxa de variação desse produto. Apesar de não ser uma medida de felicidade e bem-estar dos cidadãos, é bastante útil como ferramenta no auxílio às tomadas de decisões no âmbito da política econômica.

BIZÚS E MEMENTO

Pessoal, sei que o assunto é bastante extenso e é muita informação para memorizar. Posso dizer que contas nacionais não é um assunto difícil, mas é um assunto “enjoado”, exigindo paciência e perseverança.

Quando estudei este assunto pela primeira vez, principalmente nas questões de cálculo, costumava ficar um pouco perdido com as informações. Eu via aquele amontoado de números no enunciado e não sabia em que fórmula ou conceito utilizá-los. Pois bem, a minha dica é a seguinte: memorize as principais fórmulas (as que eu coloquei no memento do final da aula). Assim, ao se deparar com a questão, adote os seguintes passos:

1º: veja qual o agregado pedido pela questão e veja em qual fórmula ele está (para ver em qual fórmula ele está, você acessará a sua memória na hora da prova, portanto, é importante memorizar as fórmulas do memento).

2º: tente trabalhar com os dados que estão na fórmula do item que a questão pede. Se for possível terminar a questão, termine-a. Se estiver faltando algum dado, prossiga. Você deverá voltar ao passo 1 para tentar achar esse dado faltante (ver em qual fórmula ele está e utilizar os dados da questão).

3º: faltando algum dado, veja em que outra fórmula você poderá descobrir o valor deste item faltante, e assim por diante.

Para ver o método, veja a resolução das questões 01 e 02 (sugiro que você resolva primeiro estas questões, pois você terá uma visão geral acerca do método de raciocínio apresentado). São questões muito boas para apresentar este método.

Faça muitos exercícios de contas nacionais, pois eles farão com que seja praticamente impossível você errar alguma questão desse assunto na hora da prova.

Segue agora o **memento de conceitos e fórmulas**, graduadas de acordo com o nível, do mais básico para o mais avançado. As fórmulas do nível I são conceitos básicos, inerentes ao próprio aprendizado de contas nacionais. Assim, são expressões que são memorizadas através da simples leitura da aula.

As **fórmulas do nível II são as principais**, dentre aquelas exigidas nas questões de cálculos (é claro que, preliminarmente, você deve saber os conceitos abarcados no nível I). É praticamente com as fórmulas do nível do II que você vai “matar” as questões do CESPE.

MEMENTO DE FÓRMULAS – CONTAS NACIONAIS

Fórmulas nível I:

- (1) Poupança pública = o que governo ganha MENOS o que ele gasta:
 $S_G = II + ID + ORG - trans - sub - G$
- (2) $S_{EXT} = - T$
- (3) Poupança interna ou poupança bruta = $S_P + S_G$
- (4) $I = FBKF + \Delta E$
- (5) $IL = IB - dep$
- (6) Poupança líquida = poupança bruta MENOS depreciação
- (7) $C_{FINAL} = C + G$
- (8) $AI = C + I + G$
- (9) Produto = Renda = Despesa
- (10) Investimento = Poupança
- (11) Interno = Nacional + RLEE
- (12) Líquido = Bruto – depreciação
- (13) Preços de mercado = custos de fatores + II – Sub
- (14) Renda nacional = RNL_{CF}
- (15) Renda interna = RIL_{CF}
- (16) Renda nacional bruta = RNB_{PM}

- | |
|---|
| (17) Renda interna bruta = RIB_{PM} |
| (18) $DIB = PIB = RIB = PIB_{PM}$ |
| (19) RPD = Renda nacional – lucros retidos – impostos diretos sobre as pessoas + transferências às pessoas/famílias |

Fórmulas nível II:

- | |
|--|
| (1) $S_{EXT} = (M - X) + RLEE \pm TU$ |
| (2) $PIB_{PM} = C + I + G + X - M$ |
| (3) $FBKF + \Delta E = S_P + S_G + S_{EXT}$ |
| (4) $RNDB = RNB_{PM} \pm$ transferências correntes do resto do mundo |
| (5) Poupança bruta do Brasil = $RNDB - C_{FINAL}$ |
| (6) $CTB = (\text{Impostos})/PIB_{PM}$ e $CTL = (\text{Impostos} - \text{Transf} - \text{Sub})/PIB_{PM}$ |

Espero que tenham gostado da aula. Depois do memento, coloquei muitos exercícios para treinamento, essenciais para “pegar” o jeito, quando tratamos de contas nacionais.

Até a próxima, abraços e bons estudos!

Heber Carvalho e Daniel Saloni



QUESTÕES COMENTADAS

1. (Auditor Fiscal da Receita Federal) - Considere os seguintes dados, extraídos de um sistema de contas nacionais – conta de bens e serviços – que segue a metodologia adotada atualmente no Brasil (em unidades monetárias): Produção total: 1.323; Importação de bens e serviços: 69; Impostos sobre produtos: 84; Consumo final: 630; Formação bruta de capital fixo: 150; Variação de estoques: 12; Exportações de bens e serviços: 56. Com base nessas informações, o consumo intermediário dessa economia foi

- a) 700
- b) 600
- c) 550
- d) 650
- e) 628

COMENTÁRIOS:

Vamos seguir os passos que estão no bizú do item 8:

1º: veja o agregado pela questão e veja em qual fórmula ele está (para ver em qual fórmula ele está, você acessará a sua memória na hora da prova, portanto, é importante memorizar as fórmulas do memento).

A questão pede o CI. A fórmula que apresenta o CI é a seguinte:

$$\text{PIB}_{\text{CF}} = \text{PRODUÇÃO TOTAL} - \text{CI} \quad (1)$$

2º: tente trabalhar com os dados que estão na fórmula do item que a questão pede. Se for possível terminar a questão termine. Se estiver faltando algum dado, prossiga.

$$\text{PIB}_{\text{CF}} = 1323 - \text{CI} \quad (\text{ainda não é possível calcular o CI, necessitamos do valor do } \text{PIB}_{\text{CF}})$$

3º: faltando algum dado, veja em que outra fórmula você poderá descobrir o valor deste item faltante, e assim por diante.

Nossa missão agora é calcular o PIB_{CF} . Assim, devemos ver qual outra(s) fórmula(s) que você poderá usar os dados apresentados pela questão e assim achar o valor que você precisa (o PIB_{CF}).

A questão nos forneceu C_{FINAL} (C+G), M, X, FBKF e ΔE . Assim, podemos calcular o PIB_{PM} pela ótica da despesa. Lembrando que $(\text{FBKF} + \Delta E) = I = 150 + 12 = 162$.

$$\begin{aligned}\text{PIB}_{\text{PM}} &= C + I + G + X - M \\ \text{PIB}_{\text{PM}} &= 630 + 162 + 56 - 69 \\ \text{PIB}_{\text{PM}} &= 779\end{aligned}$$

A questão também nos informou os impostos sobre produtos (II). Agora, transformamos o PIB_{PM} em PIB_{CF} , que é o valor que nós necessitamos para voltarmos à equação (1), que está no primeiro passo, e matarmos a questão (como a questão não nos forneceu o valor dos Subsídios, consideramos seu valor como sendo igual a ZERO).

$$\begin{aligned}\text{PIB}_{\text{PM}} &= \text{PIB}_{\text{CF}} + \text{II} - \text{Sub} \\ \text{PIB}_{\text{CF}} &= 779 - 84 \\ \text{PIB}_{\text{CF}} &= 695\end{aligned}$$

Voltando à equação da 1ª etapa:

$$\begin{aligned}\text{PIB}_{\text{CF}} &= \text{Prod. Total} - \text{consumo intermediário} \\ 695 &= 1.323 - \text{consumo intermediário} \\ \text{Cons. Intermd.} &= 628\end{aligned}$$

GABARITO: E

2. (Analista de Finanças e Controle – Secretaria do Tesouro Nacional)
Considere os seguintes dados, em unidades monetárias, referentes a uma economia hipotética:

Consumo do Governo: 200
Transferências realizadas pelo Governo: 100
Subsídios: 20
Impostos Diretos: 300
Impostos Indiretos: 400

Outras Receitas Correntes do Governo: 120
Exportações de bens e serviços: 100
Importações de bens e serviços: 200
Renda Líquida Enviada ao Exterior: 100
Variação de Estoques: 100
Poupança Bruta do Setor Privado: 200

Com base nessas informações, e considerando as identidades macroeconômicas básicas, é correto afirmar que a formação bruta de capital fixo é igual a:

- a) 950
- b) 900
- c) 700
- d) 750
- e) 800

COMENTÁRIOS:

1º passo - colocar a fórmula em que temos o agregado pedido pela questão:

$$I = S$$

$$FBKf + \Delta E = Sp + Sg + Sext \quad (1)$$

$$\Delta E = 100$$

$$Sp = 200$$

Para encontrar FBKF, precisamos achar Sg e Sext.

2º passo -

Sg = o que o governo ganha MENOS o que ele gasta

$$Sg = (300 + 400 + 120) - (200 + 100 + 20)$$

$$Sg = 500$$

$$Sext = (M - X) + RLEE \pm TU \quad (TU \text{ foi omitida, então } TU=0)$$

$$Sext = 200 - 100 + 100 = 200$$

Substituindo os valores em (1):

$$FBKf + 100 = 200 + 500 + 200$$

$$FBKf = 800$$

GABARITO: E

3. (CESPE - Economista - DPU - 2016) - A respeito da teoria econômica relacionada às contas nacionais, julgue o item a seguir.

O cálculo da formação bruta de capital fixo inclui o valor da produção de máquinas e equipamentos.

Comentários:

Como vimos, o investimento é o acréscimo do estoque físico de capital, e o capital é o conjunto de bens de que dispõem as empresas para produzir, assim, bens que aumentarão a produção da economia são considerados investimento. O investimento é formado pela formação bruta de capital fixo e variação de estoques.

Desta forma, máquinas e equipamentos estão de acordo com o conceito de investimentos e estão incluídos na formação bruta de capital fixo.

Gabarito: Certo

4. (CESPE - Auditor Fiscal de Controle Externo - Controle Externo - Economia - TCE-SC - 2016) - Considerando as identidades macroeconômicas básicas e os conceitos relacionados ao balanço de pagamentos, julgue o item a seguir.

A diferença entre produto interno bruto (PIB) a preços de mercado e PIB a custo de fatores é igual à soma dos impostos diretos menos o total dos subsídios à produção.

Comentários:

O erro da questão é sutil. A relação entre PIB_{pm} e PIB_{cf} é dada por:

$$PRODUTO_{PM} = PRODUTO_{CF} + \text{Impostos Indiretos} - \text{Subsídios}$$

$$\text{Então, } PRODUTO_{PM} - PRODUTO_{CF} = \text{Impostos Indiretos} - \text{Subsídios}$$

Percebe-se que o conceito fala em Impostos Indiretos e não Diretos, conforme a assertiva.

Gabarito: Errado

5. (CESPE - Auditor de Controle Externo – Administrativa - Economia - TCE-PA - 2016) - Acerca de agregados macroeconômicos, das contas nacionais e de balanço de pagamentos, julgue o item subsequente.

No sistema de contas nacionais, o produto interno bruto a preço de mercado é igual à despesa interna bruta.

Comentários:

A assertiva compara o produto interno bruto a preço de mercado com a despesa interna bruta. Tendo em vista a identidade Produto = Renda = Despesa e que foram trazidos os dois conceitos como “interno” e “bruto”, concluímos que está correta.

Gabarito: Certo

6. (CESPE - Auditor de Controle Externo – Fiscalização – Economia - TCE-PA - 2016) - Acerca de macroeconomia, julgue o item subsequente.

Produto agregado consiste na soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante determinado período de tempo.

Comentários:

Vimos que uma das três formas pelas quais podemos calcular o produto de um país é o valor total dos bens e serviços finais produzidos no país num determinado período de tempo.

Gabarito: Certo

7. (CESPE - Economista - MPOG - PGCE - 2015 (e mais 1 concurso)) - A respeito da macroeconomia, seus principais agregados e o sistema de contas nacionais, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla PIB, sempre que empregada, corresponde a produto interno bruto.

Se não houver impostos indiretos e existir despesas com depreciação, a renda nacional será igual ao produto nacional bruto (PNB).

Comentários:

Renda Nacional = $RNL_{CF} = PNL_{CF}$

A relação entre PNL_{CF} e PNB é: $PNL_{CF} = PNB - \text{depreciação} - \text{Impostos Indiretos} + \text{Subsídios}$

Se não houver impostos indiretos, a relação ficaria $PNL_{CF} = PNB - \text{depreciação} + \text{Subsídios}$

Da relação acima, percebe-se que renda nacional só seria igual ao produto nacional bruto se a depreciação fosse igual aos subsídios.

Gabarito: Errado

8. (CESPE - Analista Legislativo - CAM DEP - Área IX/Consultor Legislativo - 2014) - Com referência a aspectos macroeconômicos, julgue o item subsecutivo.

A diferença básica entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB) é que o PIB mede o produto gerado dentro das fronteiras do país tanto por cidadãos quanto por estrangeiros, ao passo que o PNB mede o produto gerado pelos cidadãos do país, independentemente de sua localização no mundo.

Comentários:

O produto interno é uma medição do produto que leva em conta aspectos geográficos, isto é, contabiliza tudo que é produzido dentro do país, no interior de suas fronteiras, não importando por quem seja.

O produto nacional é uma medição do produto que leva em conta aspectos nacionais, isto é, contabiliza tudo que é produzido por nacionais, não importando se estão dentro ou fora do país.

Uma empresa brasileira, que produz no México, e envia os lucros ao Brasil, eleva o PIB do México. Já o Brasil tem seu PNB aumentado pelo recebimento dos lucros.

Gabarito: Certo

9. (CESPE - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Economia - TJ SE - 2014) - Em relação aos agregados macroeconômicos, a seus relacionamentos e ao sistema de contas nacionais, julgue o item subsecutivo.

Sob a ótica das contas nacionais, a compra de uma casa ou de um carro é tratada como investimento, pois tais bens fornecem serviços por um longo tempo.

Comentários:

Investimento é o acréscimo do estoque físico de capital e este é o conjunto de bens de que dispõem as empresas para produzir. O termo “investir”, em Economia, significa, obrigatoriamente, comprar ou produzir bens que aumentarão a produção da economia, caso contrário não será investimento. A compra de uma casa ou um carro por uma família, por exemplo, não possui essas características de investimento.

Gabarito: Errado

10. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2013)- O objetivo da contabilidade nacional é analisar a evolução dos indicadores da economia de um país como um todo. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) O conceito de formação bruta de capital fixo inclui não apenas os investimentos em máquinas e equipamentos, mas também os investimentos em imóveis e a variação dos estoques tanto de produtos acabados quanto intermediários.
- b) A acumulação de capital é sempre positiva, pois a depreciação de um ativo fixo não pode ser maior que o valor do próprio ativo fixo.
- c) O índice da carga tributária corresponde ao total da arrecadação fiscal do Ministério da Fazenda em relação à renda nacional bruta.
- d) O produto nacional bruto é obtido pelo somatório do produto interno bruto com a renda recebida do exterior, descontadas as importações
- e) No cálculo da poupança externa, não se incluem aumentos ou diminuições das reservas cambiais do país.

Comentário:

Letra A: Incorreto. Sabemos que $I = \text{FBKF} + \Delta \text{estoques}$ (investimento = formação bruta de capital fixo + variação dos estoques).

Então, $\text{FBKF} = I - \Delta \text{estoques}$

Dessa forma, percebe-se que a FBKF é igual aos investimentos deduzidos da variação de estoques.

Letra B: Incorreto. A depreciação é o desgaste do estoque de capital a cada período. Se em determinado período a depreciação for superior ao investimento, a acumulação será negativa, neste caso o investimento não será suficiente para repor a depreciação do estoque de capital existente.

Letra C: Incorreto. A carga tributária é dada pela relação entre a Receita Tributária do Governo e o PIB em um determinado período.

Letra D: Incorreto. $\text{PIB} = \text{PNB} + \text{RLEE}$, então o Produto Nacional Bruto é igual o Produto Interno Bruto menos a Renda Líquida Enviada ao Exterior.

Letra E: Correto. A Poupança Externa é dada pela relação $S_{\text{EXT}} = (M - X) + \text{RLEE} \pm \text{TU}$

Onde, M= importações de bens e serviços, X= exportações de bens e serviços, RLEE = renda líquida enviada ao exterior (REE – RRE), TU = transferências unilaterais (elas podem ser recebidas ou enviadas, por isso, não sabemos o sinal certo, daí usamos “+/-“ na fórmula. Será “+” se for TU enviada; será “-“ se for TU recebida), de forma que aumentos e diminuições das reservas cambiais do país não entram no cálculo.

Gabarito: E

11. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2009) - A demanda agregada total (doméstica e externa) de uma economia aberta equivale ao seu produto interno bruto (PIB), sendo os seguintes os seus principais componentes: consumo, investimento, compras do governo e exportação líquida de bens e serviços. Supondo-se que essa economia gere um PIB anual de R\$ 1 trilhão, mantenha uma taxa de investimento igual a 20% do PIB e que, nessa economia, o consumo e os gastos do governo sejam respectivamente 3,1 e 0,7 vezes superiores ao investimento, é correto concluir que o saldo exportador dessa economia será de

- a) R\$ 38 bilhões.
- b) R\$ 40 bilhões.
- c) R\$ 76 bilhões.
- d) R\$ 80 bilhões.
- e) R\$ 102 bilhões.

Comentários:

Questão bastante simples, que exige algum raciocínio matemático e pouco conhecimento de Economia. O enunciado já trouxe os componentes do PIB e também informou a relação entre eles.

Foi dado que $PIB = C + I + G + (X - M)$, $PIB = 1$, $I = 0,2 \cdot PIB$, $C = 3,1 \cdot I$ e $G = 0,7 \cdot I$

Substituindo, $1 = (3,1 \cdot 0,2 \cdot 1) + (0,2 \cdot 1) + (0,7 \cdot 0,2 \cdot 1) + (X - M)$

$1 = 0,62 + 0,2 + 0,14 + (X - M)$

$1 = 0,96 + (X - M)$

$(X - M) = 0,04$ trilhão = 40 bilhões

Gabarito: B

12. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2009) - Considerando a contabilidade do balanço de pagamentos do Brasil e das contas nacionais, julgue (C ou E) o item seguinte.

A diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é obtida por meio do somatório dos saldos da conta de renda e da conta de transferências unilaterais.

Comentários:

A relação entre RNB e RIB é: $RNB = RIB - RLEE$, ou seja, a diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é a renda líquida enviada ao exterior.

Como vimos, a RLEE representa o saldo das rendas transacionadas com o exterior.

Gabarito: Errado

Informação para questões 13 a 15:

(CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2008) - A tabela a seguir apresenta dados em unidades monetárias (u. m.) do país Alfa em determinado ano.

Natureza	valor (em u. m.)
gastos das famílias	250
gastos correntes do governo	100
poupança bruta doméstica	120
variação dos estoques	10

As transações do país Alfa com o resto do mundo nesse mesmo ano são mostradas na tabela seguinte.

Natureza	valor (em u. m.)
exportações de bens e serviços	20
importações de bens e serviços	40
remessas financeiras de emigrantes a seus familiares residentes no país Alfa	5
pagamentos de salários a não-residentes por empresas do país Alfa	10

Com base nessa situação hipotética, julgue (C ou E) o item que se segue.

13. No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi superior à Renda Interna Bruta desse país.

Comentários:

A assertiva compara Renda Nacional com a Renda Interna Bruta.

Para verificarmos a diferença entre a Renda Nacional e a Renda Interna Bruta, devemos considerar a RLEE (Renda Líquida Enviada ao Exterior).

A RLEE será dada pelo pagamento de salários a não-residentes por empresas do país Alfa (10). A renda líquida enviada ao exterior (RLEE) é igual a renda enviada ao exterior (REE) menos a renda recebida do exterior (RRE), $RLEE = REE - RRE = 10 - 0 = 10$.

Sabemos que $RIB = RNB + RLEE$

Então, $RNB = RIB - RLEE$

Portanto, $RNB = RIB - 10$. Logo, $RIB > RNB$

Gabarito: Errado

14. As poupanças dos residentes no país Alfa foram capazes de financiar todo o investimento realizado por esse país no ano considerado.

Comentários:

Devemos verificar se a poupança interna, S_{int} , (ou poupança bruta) é maior ou igual ao investimento.

Sabemos que $S=I$, ou seja, $S_{int} + S_{ext} = I$

O enunciado nos forneceu a poupança bruta=poupança interna=120.

Temos que calcular S_{ext} :

$S_{ext} = (M - X) + RLEE \pm TU$, temos os valores de X (20, exportações), M (40, importações), RLEE (10, pagamentos de salários a não-residentes), $TU = -5$

(remessas de emigrantes, perceba que há o sinal negativo, pois foi uma TU recebida pelo País).

$$\text{Então } S_{\text{ext}} = (40-20) + 10 - 5 = 25$$

$$\text{Substituindo em } S_{\text{int}} + S_{\text{ext}} = I, \text{ temos: } I = 120 + 25 = 145$$

Portanto, I (145) é maior que S_{int} (120).

Gabarito: Errado

15. No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi inferior à Renda Disponível Bruta desse país.

Comentários:

A assertiva compara a Renda Nacional (RNL_{cf}) com a RNDB.

Vimos que $RNDB = RNB_{\text{PM}} \pm$ transferências correntes do resto do mundo. As transferências correntes do resto do mundo, pelos dados do enunciado, são iguais a 5 (remessas de emigrantes). (1)

A fórmula que nos dá a RNDB é:

$$\text{Poupança bruta} = RNDB - \text{Consumo final (consumo das famílias e do governo} = C_F + G).$$

O enunciado nos deu que poupança interna=poupança bruta=120, consumo das famílias = 250 e consumo do governo = 100.

$$\text{Substituindo, } 120 = RNDB - (250 + 100)$$

$$RNDB = 470$$

Substituindo na relação (1), temos:

$$RNDB = RNB_{\text{PM}} \pm \text{transferências correntes do resto do mundo.}$$

$$470 = RNB_{\text{PM}} + 5$$

$$RNB_{\text{pm}} = 465$$

Como a diferença entre RNB_{pm} e RNL_{cf} é a depreciação, Impostos indiretos e subsídios e nada foi informado sobre estas variáveis no enunciado, então, concluímos que $RNB_{\text{pm}} = RNL_{\text{cf}} = 465$.

Dessa forma, $RNDB (470) > RNL_{\text{cf}} (465)$.

Gabarito: Errado (apesar do gabarito constar como Errado, a assertiva está correta conforme demonstrado acima, deveria ter sido anulada)

16. O Produto Interno Bruto (PIB) de Alfa, no ano considerado, foi igual a 475 u. m.

Comentários:

Vimos que $PIB = PNB + RLEE$ (1)

Encontramos nas questões anteriores os valores de $RNB_{pm} = 465$ e $RLLE = 10$ (pagamentos de salários a não-residentes). Sabemos também que $PNB = RNB_{pm}$

Substituindo na relação (1), temos:

$$PIB = 465 + 10 = 475$$

Gabarito: Certo

17. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2004) - Em relação aos conceitos básicos da macroeconomia e da economia monetária, julgue o item que se segue.

Os juros auferidos por investidores alemães no mercado brasileiro integram tanto a renda nacional quanto o produto interno bruto do Brasil.

Comentários:

Os juros auferidos por investidores alemães no mercado brasileiro integram o produto interno bruto do Brasil, pois o produto interno é uma medição do produto que leva em conta aspectos geográficos, isto é, contabiliza tudo que é produzido dentro do país, no interior de suas fronteiras, não importando por quem seja.

Não integram, entretanto, a renda nacional, pois esta é uma medição que leva em conta aspectos nacionais, isto é, contabiliza tudo que é produzido por nacionais, não importando se estão dentro ou fora do país. No caso, os juros remuneram não residentes (alemães).

Gabarito: Errado

18. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2003) - A análise macroeconômica — incluindo-se aí a mensuração dos grandes agregados — é fundamental à compreensão do funcionamento das economias de mercado. Acerca desse assunto, julgue o item subsequente.

A eventual contratação de engenheiros ingleses e venezuelanos para trabalhar na recuperação da indústria petrolífera no Iraque expandiria o produto interno bruto (PIB) iraquiano, porém não alteraria a renda nacional bruta desse país.

Comentários:

Vale a mesma explicação da questão anterior. O PIB leva em conta fatores geográficos e a renda nacional leva em conta aspectos nacionais.

Gabarito: Correto

19. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2003) - Em um mundo globalizado, o estudo da teoria do comércio internacional é imprescindível à compreensão dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue o item que se segue.

Se o investimento doméstico excede a poupança doméstica, então, o investimento líquido é positivo e a economia apresenta um excedente na balança comercial.

Comentários:

A questão pode ser respondida tomando por base as seguintes relações vistas na aula:

$I = S_{INT} + S_{EXT}$, ou seja, o investimento é a soma da poupança interna e da externa.

e

$+ S_{EXT} = - T$, a poupança externa é igual ao déficit em transações correntes

Se o investimento excede a poupança doméstica, então há necessidade de financiamento através da poupança externa e, portanto, há déficit em transações correntes. Como o único componente das transações correntes mencionado na questão foi a balança comercial, esta tem que ser negativa e não apresentar excedente como consta na assertiva, para que haja déficit em transações correntes.

Gabarito: Errado

20. (CESPE/Unb – Banco da Amazônia – 2010) - O crescimento do produto interno bruto (PIB) é consequência do crescimento das empresas situadas dentro do país, independentemente de serem nacionais ou multinacionais.

COMENTÁRIOS:

O conceito de PIB leva em conta o aspecto geográfico. A produção de qualquer empresa situada dentro do país é levada em conta no conceito de PIB. Assim, está correta a assertiva, pois o crescimento de qualquer empresa que esteja dentro do país (sendo nacional ou não) fará crescer o PIB.

GABARITO: CERTO

21. (CESPE/Unb – Especialista em Regulação de Serv. Púb. de Telecomunicações – ANATEL – 2009) - No sistema de contas nacionais, há identidade entre o conceito de produto nacional líquido, a preços de mercado, e o de renda nacional. Ao se descontar desta os tributos diretos líquidos, obtém-se a renda pessoal disponível.

COMENTÁRIOS:

A identidade correta que existe é entre o conceito de renda nacional e o de produto nacional líquido a **custo de fatores**. Ao se descontar desta os tributos diretos

líquidos (das transferências às pessoas), temos a renda pessoal disponível (supondo que não lucros retidos pelas empresas).

GABARITO: ERRADO

22. (CESPE/Unb – Analista de Comércio Exterior – MDIC – 2008) - Os lucros auferidos pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil, assim como a importação de matérias-primas industriais dessas empresas, são computados no PIB brasileiro.

COMENTÁRIOS:

Comentar uma assertiva como está é sempre difícil, pois, como ela está bastante confusa, é até difícil explicar o erro (rs!). É duro tentar entender qual a intenção do examinador, onde exatamente ele colocou o erro.

Em primeiro lugar, podemos entender que o PIB é o valor da produção de bens e serviços finais, não incluindo, portanto, o lucro. Por aí, estaria errada. Mas você pode se perguntar? Mas o lucro não faz parte da RIB, e RIB não é igual a PIB? Sim, é igual, mas o conceito de PIB não leva em conta o lucro, apenas a produção.

Outro erro está no fato de que a importação de matérias-primas industriais não deve ser computado no PIB, uma vez que o conceito de produção leva em conta os bens e serviços **finais**, evitando, assim, a dupla contagem. Não se contabiliza, portanto, insumos de produção (matérias-primas e bens intermediários), mas tão somente os bens e serviços **finais**.

GABARITO: ERRADO

23. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - O produto interno bruto (PIB), que constitui um estoque de bens e serviços, representa uma forma de mensuração da riqueza de um país.

COMENTÁRIOS:

Esta questão é capciosa. A princípio, ela parece correta, mas ela contém um erro bastante discreto. O produto é uma variável **fluxo**. Assim, o PIB não representa o estoque de bens e serviços finais, mas sim os bens e serviços finais produzidos em determinado período de tempo.

GABARITO: ERRADO

24. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - Nos países em desenvolvimento, o produto nacional bruto (PNB) é superior ao PIB porque as empresas multinacionais, que produzem uma parcela expressiva da oferta de bens e serviços nesses países, repatriam seus lucros para o país de origem.

COMENTÁRIOS:

Nos países em desenvolvimento, a renda enviada ao exterior é superior à renda recebida do exterior. Nestes casos, temos RLEE positiva. Quando a RLEE é positiva, o PIB é maior que o PNB, uma vez que:

$PIB = PNB + RLEE$

Se $RLEE > 0$, então, percebe-se facilmente que o PIB será o PNB mais algum valor. Ou seja, o PIB é maior que o PNB (nos casos em que $REE > RRE$).

GABARITO: ERRADO

25. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - Impostos e subsídios não são contabilizados na renda nacional porque não representam contrapartida de bens e serviços.

COMENTÁRIOS:

Vimos a renda nacional é o somatório de lucros, juros, salários e aluguéis. A princípio, realmente parece que os impostos e subsídios não são contabilizados na renda nacional. No entanto, impostos e subsídios alteram o lucro das empresas, alterando também a renda nacional.

GABARITO: ERRADO

26. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - Transferências realizadas no âmbito de programas redistributivos para famílias de baixa renda elevam a renda disponível da economia.

COMENTÁRIOS:

Nesta questão, temos uma dificuldade pois a banca não disse de que renda disponível se trata. Será a renda disponível bruta? Será a renda pessoal disponível?

Podemos responder a questão com base apenas na intuição. As transferências realizadas pelo governo aumentam a renda das pessoas, aumentando a “renda disponível da economia”. Haverá mais renda circulando com tais distribuições. É tudo que podemos concluir dada a imprecisão da banca acerca do agregado trazido no enunciado.

GABARITO: CERTO

27. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - As compras de bens e serviços dos turistas norte-americanos no Rio de Janeiro são registradas na contabilidade nacional, simultaneamente, como despesa de consumo e como importação de mercadorias.

COMENTÁRIOS:

Realmente, as compras de bens e serviços dos turistas norte-americanos são contabilizadas apenas como **exportação**.

Há importação quando um turista brasileiro compra bens e serviços no exterior.

GABARITO: ERRADO

28. (CESPE/Unb – Ciências Econômicas – UEPA – 2008) - A queda recente do valor das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, por reduzir o valor do investimento, diminui o estoque de capital da economia brasileira, restringindo, assim, as possibilidades de crescimento do país.

COMENTÁRIOS:

O investimento, em economia, significa o estoque de bens de capital, ou bens que são utilizados pelas empresas para aumentar a produção da economia. Para a Economia (e para sua prova), ações negociadas em bolsa de valores não são consideradas investimento.

GABARITO: ERRADO

29. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2009) - A redução substancial das remessas dos brasileiros, que trabalham no exterior, para seus familiares no Brasil, decorrente do aumento do desemprego provocado pela crise econômica mundial, diminui a renda interna bruta do Brasil contribuindo, assim, para expandir o quadro recessivo no país.

COMENTÁRIOS:

RIB = PIB

PIB = PNB + RLEE => PIB = PNB + REE – RRE

Se a RRE diminui, o PIB/RIB aumenta.

GABARITO: ERRADO

30. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2009) - Os lucros auferidos por uma fábrica de carros em Porto Real-RJ são incluídos, simultaneamente, no produto interno bruto (PIB) e no produto nacional brasileiro (PNB).

COMENTÁRIOS:

A questão não falou se a fábrica é estrangeira ou brasileira. Se for brasileira, o lucro poderá ser incluído simultaneamente no PIB e PNB, no entanto, o erro da assertiva na tradução da sigla PNB – Produto nacional brasileiro, sendo que o correto é Produto nacional **bruto** (fique atento!).

GABARITO: ERRADO

31. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2009) - De acordo com a identidade básica da contabilidade nacional, aumentos no déficit público, por contraírem a poupança doméstica, reduzem, inequivocamente, os recursos destinados aos gastos de investimento.

COMENTÁRIOS:

$DP = S_P - I_P + S_{EXT}$

Se DP ($I_G - S_G$) aumenta, não necessariamente isso ocorreu pela redução da poupança doméstica ($S_G + S_P$), nem necessariamente causa redução de investimentos ($I_G + I_P$). O erro da assertiva está em usar o termo inequivocamente,

indicando que obrigatoriamente (necessariamente) irá reduzir os investimentos e também contrair a poupança doméstica.

GABARITO: ERRADO

32. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2009) - Pagamentos de pensões e aposentadorias para funcionários públicos federais, por representarem despesas do governo central, são contabilizados no PIB, computado sob a ótica da despesa.

COMENTÁRIOS:

O erro desta assertiva está no fato de que o pagamento de pensões e aposentadorias não é contabilizado como “G”. Assim, não entram no PIB pela ótica da despesa ($PIB=C+I+G+X-M$). As **pensões** e **aposentadorias** são enquadradas como transferências, e não como “G”.

Os salários dos servidores (ativos) é que são classificados como “G”. E ainda julgo importante ressaltar que este G inclui os salários dos funcionários públicos **federais, estaduais e municipais** (ou seja, não são somente os salários que representam despesas do governo central).

GABARITO: ERRADO

33. (CESPE/Unb - Escrivão de Polícia Federal – 1999) – O dinheiro depositado por uma família em uma caderneta de poupança, junto a um banco comercial, quando utilizado para compra um apartamento usado, é computado, simultaneamente, como poupança e investimento.

COMENTÁRIOS:

Compra de apartamento **usado** não é investimento, tendo em vista não causar aumento de produção. Ademais, o saque do dinheiro depositado para gastar com a compra de bens e serviços configura uma redução da poupança (despoupança).

GABARITO: ERRADO

34. (CESPE/Unb - Economista Júnior – PETROBRAS 2001) – A queda do valor das ações das empresas, recentemente observada no mercado acionário brasileiro, causa uma diminuição no investimento, reduzindo, assim, o produto interno bruto (PIB).

COMENTÁRIOS:

Aquisição de títulos ou ações é mera aplicação financeira e não investimento, pois não visa a aumento de produção.

GABARITO: ERRADO

35. (CESPE/Unb - Economista – FUNCAP/PA 2004) – A mensuração do PIB pela ótica da despesa não deve levar em conta as vendas externas porque elas não representam gastos dos residentes no país.

COMENTÁRIOS:

As vendas externas (exportações) representam o gasto do agente *resto do mundo* (o X da equação do PIB pela ótica da despesa), que **entra** no cálculo do PIB.

GABARITO: ERRADO

36. (CESPE/Unb - Economista – SEAD/PRODEPA 2004) – Contrariamente ao conceito de Produto Interno Bruto (PIB), que é geograficamente delimitado, o de Produto Nacional Bruto (PNB) inclui a produção e a renda nacionais, geradas tanto no país como no exterior.

COMENTÁRIOS:

Fala exatamente as diferenças entre PIB e PNB, tratadas na aula.

GABARITO: CERTO

37. (CESPE/Unb - Analista Ministerial Especializado – MPE/TO 2006) – É inadequado medir o bem-estar pelo Produto Interno Bruto (PIB), o qual não inclui os prejuízos causados pelos danos ambientais e tampouco leva em consideração o valor do lazer.

COMENTÁRIOS:

Os dados ambientais, o valor do lazer, bem como as externalidades (por serem de difícil mensuração), não são incluídos na metodologia de cálculo do PIB.

GABARITO: CERTO

38. (CESPE/Unb - Analista Ministerial Especializado – MPE/TO 2006) – Os recursos destinados ao pagamento dos salários do Ministério Público Estadual do Tocantins não são registrados na contabilidade nacional como gastos do governo, em razão de não constituírem aquisição de bens e serviços.

COMENTÁRIOS:

Os pagamentos com funcionalismo público são considerados gastos do governo (consumo do governo).

GABARITO: ERRADO

39. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - Segundo a ótica do valor adicionado, o preço dos ônibus adquiridos pelas empresas do setor de transporte urbano não é computado no cálculo do PIB desse setor.

COMENTÁRIOS:

Pelo método do valor adicionado, considera-se apenas o que foi agregado ou adicionado de valor nas diversas etapas da produção. Assim, não se considera o preço do bem final (pela ótica do valor adicionado). Portanto, está correta a assertiva. Para atestar, veja a tabela do item 1.11.1 (*não se considera o preço do bem final no método do valor adicionado*). Considera-se apenas o valor que foi adicionado na etapa produtiva).

GABARITO: CERTO

40. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - Pela ótica da renda, o cálculo do PIB do setor de transporte inclui os salários pagos para os motoristas dos ônibus das empresas desse setor.

COMENTÁRIOS:

Pela ótica da renda, o PIB é obtido por meio da soma das remunerações dos fatores de produção pagas aos agentes econômicos. Como o salário é uma remuneração de fator de produção, estará computado no PIB, pela ótica da renda.

GABARITO: CERTO

41. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - Se o capital de uma empresa de transporte urbano for totalmente internacional (empresa multinacional), o valor da produção dessa empresa não deve entrar no cálculo do PIB.

COMENTÁRIOS:

O conceito de PIB leva em conta o aspecto geográfico. Isto é, para fazer parte do PIB, basta que a produção seja dentro do país, independente da empresa ser nacional ou estrangeira. Assim, mesmo em caso de empresas estrangeiras, se elas estiverem produzindo no nosso país, sua produção será computada no PIB brasileiro.

GABARITO: ERRADO

42. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - No cálculo do PIB, não se considera a excessiva poluição dos ônibus de transporte urbano, que é um problema do setor.

COMENTÁRIOS:

Existem determinadas externalidades que não são computadas no PIB, pela própria inviabilidade de cálculo. Exemplo é a poluição e/ou danos ao meio ambiente.

GABARITO: CERTO

43. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - Por melhorar o bem-estar da população, contemplando uma demanda até então não atendida, o transporte público clandestino tem sido considerado no cálculo do PIB.

COMENTÁRIOS:

O PIB, pela inviabilidade de cálculo, não registra a economia informal e/ou ilegal. Até porque se houvesse meios plenamente eficazes de registrar esse tipo de economia, o governo combateria tal ilegalidade e, brevemente, ela não seria mais informal ou ilegal.

GABARITO: ERRADO

44. (CESPE/Unb - Analista de Infraestrutura - MPOG 2010) - Há transações que aparecem no mercado, mas estão excluídas do produto nacional, como o autoconsumo em propriedade agrícola, e transações que não aparecem no mercado, mas são computadas no produto nacional, como os pagamentos de pensões e reformas.

COMENTÁRIOS:

O autoconsumo em propriedade agrícola não aparece no mercado, pois não é precificada, tampouco é contabilizada. Por isto, está excluído do produto nacional. Os pagamentos de pensões e reformas são computados no produto nacional (pela ótica da renda) e também aparecem no mercado, pois são contabilizados e precificados.

GABARITO: ERRADO

45. (CESPE/Unb - Analista de Infraestrutura - MPOG 2010) - Considerando que o quadro abaixo apresenta as contas de determinado ente ao final de um período, é correto afirmar que o produto interno desse ente, a preços de mercado, foi de R\$ 1.500,00.

Contas	Saldos
salários pagos	500
outras remunerações de fatores de produção	800
depreciações	70
subvenções (às empresas)	25
tributos diretos	125
tributos indiretos	290
transferências (às famílias)	60
renda enviada menos renda recebida do exterior	65

COMENTÁRIOS:

Questão difícil. Vamos lá:

Segundo a ótica da renda,

PIBpm = salários + juros + lucros + aluguéis + impostos diretos sobre as empresas - transferências a empresas + Outras receitas do governo + RLEE + depreciação + Impostos indiretos - Subsídios

(Juros+lucros+aluguéis) significam *remunerações de fatores de produção*. Logo, valem 800. *Subvenções* (às empresas) são o mesmo que transferências às empresas. A renda enviada ao exterior menos a renda recebida é o mesmo que *RLEE*. O que não foi informado pela questão consideramos seu saldo sendo nulo. Assim:

$$\text{PIBpm} = 500 + 800 + 70 - 25 + 125 + 290 + 65$$

$$\text{PIBpm} = 1825$$

Nota --> Transferências não é o mesmo que subsídio ou subvenção. Aquelas visam tão somente à transferência de renda, enquanto a(s) última(s) visam ao auxílio e ao incremento da produção.

GABARITO: ERRADO

46. (CESPE/Unb – Economista - MPU – 2010) - Um superávit em transações correntes implica poupança externa negativa.

COMENTÁRIOS:

Um superávit em transações correntes significa que entraram recursos do resto do mundo em montante superior à saída de recursos internos. Desta forma, em relação ao nosso país, o resto do mundo fez poupança negativa (poupança externa negativa). De forma análoga, quando temos déficit em transações correntes, há poupança externa positiva.

Enfim, para “matar” a questão, basta saber que $S_{EXT} = -TC$.

GABARITO: CERTO

47. (CESPE/Unb – Economista - MPU – 2010) - Um país com 200 bilhões de produto nacional bruto a custo de fatores (PNBcf), 10 bilhões em impostos indiretos, 5 bilhões em subsídios e 3 bilhões em renda líquida enviada ao exterior (RLEV) tem 213 bilhões como produto interno bruto a preços de mercado.

COMENTÁRIOS:

Inicialmente, vamos transformar o PNBcf em PNBpm:

$$\text{PNBpm} = \text{PNBcf} + \text{Impostos indiretos} - \text{Subsídios (1)}$$

$$\text{PNBpm} = 200 + 10 - 5$$

$$\text{PNBpm} = 205$$

Agora, transformamos o PNBpm em PIBpm:

$$\text{PIBpm} = \text{PNBpm} + \text{RLEV (2)}$$

$$\text{PIBpm} = 205 + 3$$

$$\text{PIBpm} = 208$$

GABARITO: ERRADO

48. (CESPE/Unb – Economista - MPU – 2010) - Considera-se poupança bruta, a soma da poupança do setor privado, da poupança do governo e da poupança externa.

COMENTÁRIOS:

A poupança bruta é o mesmo que poupança interna. Desta forma, ela só inclui a poupança privada e a poupança do governo (não inclui a poupança externa).

GABARITO: ERRADO

49. (CESPE/Unb – Analista – ECT – 2011) - Na ótica da renda, o produto interno bruto a preços de mercado é decomposto em: renda pessoal disponível, renda bruta disponível nas empresas, renda líquida do governo e renda líquida enviada ao exterior.

COMENTÁRIOS:

A economia possui vários agentes a saber:

- i. Famílias
- ii. Empresas
- iii. Governo
- iv. Resto do mundo

Somando-se a renda de cada agente, teremos o PIB_{PM} da economia pela ótica da renda:

Famílias: *renda pessoal disponível*

Empresas: *renda bruta disponível das empresas*

Governo: *renda líquida do governo*

Resto do mundo: *renda líquida enviada ao exterior*

Somatório das rendas = PIB_{PM} (ótica da renda)

PIB_{PM} = renda pessoal disponível + renda disponível das empresas + renda líquida do governo + renda líquida enviada ao exterior

GABARITO: CERTO

50. (CESPE/Unb – Economista – STM – 2011) - A ampliação de programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, não altera as receitas do governo, mas contribui para elevar a carga tributária líquida.

COMENTÁRIOS:

Os valores gastos com programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, são considerados “transferências” no âmbito da Contabilidade Nacional.

Realmente, o pagamento de transferências não altera as receitas do governo (o que vai alterar, de imediato, as receitas do governo são os impostos e as ORG). No entanto, o pagamento de transferências reduz a carga tributária líquida. Isto pode ser verificado tranquilamente através da fórmula:

$$CTL (em \%) = \frac{\text{Receita tributária} - \text{Transferências} - \text{Subsídios}}{\text{PIBpm}}$$

Assim, observa-se que o pagamento de transferências **reduz** a carga tributária líquida (CTL).

GABARITO: ERRADO

51. (CESPE/Unb – Economista – STM – 2011) - Os gastos do governo com a implantação de uma nova unidade médica, exceto aqueles referentes aos pagamentos dos médicos e demais funcionários públicos, são contabilizados como gastos governamentais e, como tais, contribuem para elevar tanto o produto interno como a renda disponível do período.

COMENTÁRIOS:

Os gastos com a implantação de uma nova unidade médica são gastos de capital (despesas de capital ou investimentos). Assim, são contabilizados como investimento ("I") e não como gastos governamentais.

Os pagamentos dos médicos e demais funcionários públicos são contabilizados como gastos governamentais ("G").

De uma forma intuitiva, podemos também assinalar que ambos os gastos contribuem para elevar o produto interno e a renda disponível do período.

GABARITO: ERRADO

52. (CESPE/Unb – Economista – STM – 2011) - Quando acionistas brasileiros recebem dividendos pagos por uma empresa norte-americana, ocorre aumento do produto nacional bruto.

COMENTÁRIOS:

Os dividendos são um tipo de remuneração de fator de produção. Logo, são considerados "renda". Quando uma renda (lucro, juros, dividendos, etc) é enviada ao exterior, temos REE. Quando uma renda é recebida, temos RRE. A diferença entre REE e RRE é igual à RLEE (renda líquida recebida do exterior):

$$RLEE = REE - RRE$$

Ao mesmo tempo, a RLEE diferencia os conceitos de PIB e PNB (produto nacional bruto):

$$PIB = PNB + RLEE$$

$$PNB = PIB - RLEE$$

$$PNB = PIB - (REE - RRE)$$

$$PNB = PIB - REE + RRE$$

Pelo desenvolvimento algébrico que fizemos do PNB, nota-se que a renda recebida do exterior (um dividendo pago por empresa estrangeira a brasileiros) faz aumentar o PNB. Sendo assim, a assertiva está correta.

GABARITO: CERTO

LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS

01. (Auditor Fiscal da Receita Federal) - Considere os seguintes dados, extraídos de um sistema de contas nacionais – conta de bens e serviços – que segue a metodologia adotada atualmente no Brasil (em unidades monetárias): Produção total: 1.323; Importação de bens e serviços: 69; Impostos sobre produtos: 84; Consumo final: 630; Formação bruta de capital fixo: 150; Variação de estoques: 12; Exportações de bens e serviços: 56. Com base nessas informações, o consumo intermediário dessa economia foi

- a) 700
- b) 600
- c) 550
- d) 650
- e) 628

02. (Analista de Finanças e Controle – Secretaria do Tesouro Nacional) Considere os seguintes dados, em unidades monetárias, referentes a uma economia hipotética:

Consumo do Governo: 200

Transferências realizadas pelo Governo: 100

Subsídios: 20

Impostos Diretos: 300

Impostos Indiretos: 400

Outras Receitas Correntes do Governo: 120

Exportações de bens e serviços: 100

Importações de bens e serviços: 200

Renda Líquida Enviada ao Exterior: 100

Variação de Estoques: 100

Poupança Bruta do Setor Privado: 200

Com base nessas informações, e considerando as identidades macroeconômicas básicas, é correto afirmar que a formação bruta de capital fixo é igual a:

- a) 950
- b) 900
- c) 700
- d) 750
- e) 800

03. (CESPE - Economista - DPU - 2016) - A respeito da teoria econômica relacionada às contas nacionais, julgue o item a seguir.

O cálculo da formação bruta de capital fixo inclui o valor da produção de máquinas e equipamentos.

04. (CESPE - Auditor Fiscal de Controle Externo - Controle Externo - Economia - TCE-SC - 2016) - Considerando as identidades macroeconômicas básicas e os conceitos relacionados ao balanço de pagamentos, julgue o item a seguir.

A diferença entre produto interno bruto (PIB) a preços de mercado e PIB a custo de fatores é igual à soma dos impostos diretos menos o total dos subsídios à produção.

05. (CESPE - Auditor de Controle Externo – Administrativa - Economia - TCE-PA - 2016) - Acerca de agregados macroeconômicos, das contas nacionais e de balanço de pagamentos, julgue o item subsequente.

No sistema de contas nacionais, o produto interno bruto a preço de mercado é igual à despesa interna bruta.

06. (CESPE - Auditor de Controle Externo – Fiscalização – Economia - TCE-PA - 2016) - Acerca de macroeconomia, julgue o item subsequente.

Produto agregado consiste na soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante determinado período de tempo.

07. (CESPE - Economista - MPOG - PGCE - 2015 (e mais 1 concurso)) - A respeito da macroeconomia, seus principais agregados e o sistema de contas nacionais, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla PIB, sempre que empregada, corresponde a produto interno bruto.

Se não houver impostos indiretos e existir despesas com depreciação, a renda nacional será igual ao produto nacional bruto (PNB).

08. (CESPE - Analista Legislativo - CAM DEP - Área IX/Consultor Legislativo - 2014) - Com referência a aspectos macroeconômicos, julgue o item subsecutivo.

A diferença básica entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB) é que o PIB mede o produto gerado dentro das fronteiras do país tanto por cidadãos quanto por estrangeiros, ao passo que o PNB mede o produto gerado pelos cidadãos do país, independentemente de sua localização no mundo.

09. (CESPE - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Economia - TJ SE - 2014) - Em relação aos agregados macroeconômicos, a seus relacionamentos e ao sistema de contas nacionais, julgue o item subsecutivo.

Sob a ótica das contas nacionais, a compra de uma casa ou de um carro é tratada como investimento, pois tais bens fornecem serviços por um longo tempo.

10. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2013)- O objetivo da contabilidade nacional é analisar a evolução dos indicadores da economia de um país como um todo. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) O conceito de formação bruta de capital fixo inclui não apenas os investimentos em máquinas e equipamentos, mas também os investimentos em imóveis e a variação dos estoques tanto de produtos acabados quanto intermediários.
- b) A acumulação de capital é sempre positiva, pois a depreciação de um ativo fixo não pode ser maior que o valor do próprio ativo fixo.
- c) O índice da carga tributária corresponde ao total da arrecadação fiscal do Ministério da Fazenda em relação à renda nacional bruta.
- d) O produto nacional bruto é obtido pelo somatório do produto interno bruto com a renda recebida do exterior, descontadas as importações
- e) No cálculo da poupança externa, não se incluem aumentos ou diminuições das reservas cambiais do país.

11. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2009) - A demanda agregada total (doméstica e externa) de uma economia aberta equivale ao seu produto interno bruto (PIB), sendo os seguintes os seus principais componentes: consumo, investimento, compras do governo e exportação líquida de bens e serviços. Supondo-se que essa economia gere um PIB anual de R\$ 1 trilhão, mantenha uma taxa de investimento igual a 20% do PIB e que, nessa economia, o consumo e os gastos do governo sejam respectivamente 3,1 e 0,7 vezes superiores ao investimento, é correto concluir que o saldo exportador dessa economia será de

- a) R\$ 38 bilhões.
- b) R\$ 40 bilhões.
- c) R\$ 76 bilhões.
- d) R\$ 80 bilhões.
- e) R\$ 102 bilhões.

12. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2009) - Considerando a contabilidade do balanço de pagamentos do Brasil e das contas nacionais, julgue (C ou E) o item seguinte.

A diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é obtida por meio do somatório dos saldos da conta de renda e da conta de transferências unilaterais.

Informação para questões 13 a 16:

(CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2008) - A tabela a seguir apresenta dados em unidades monetárias (u. m.) do país Alfa em determinado ano.

Natureza	valor (em u. m.)
gastos das famílias	250
gastos correntes do governo	100
poupança bruta doméstica	120
variação dos estoques	10

As transações do país Alfa com o resto do mundo nesse mesmo ano são mostradas na tabela seguinte.

Natureza	valor (em u. m.)
exportações de bens e serviços	20
importações de bens e serviços	40
remessas financeiras de emigrantes a seus familiares residentes no país Alfa	5
pagamentos de salários a não-residentes por empresas do país Alfa	10

Com base nessa situação hipotética, julgue (C ou E) o item que se segue.

13. No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi superior à Renda Interna Bruta desse país.

14. As poupanças dos residentes no país Alfa foram capazes de financiar todo o investimento realizado por esse país no ano considerado.

15. No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi inferior à Renda Disponível Bruta desse país.

16. O Produto Interno Bruto (PIB) de Alfa, no ano considerado, foi igual a 475 u. m.

17. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2004) - Em relação aos conceitos básicos da macroeconomia e da economia monetária, julgue o item que se segue.

Os juros auferidos por investidores alemães no mercado brasileiro integram tanto a renda nacional quanto o produto interno bruto do Brasil.

18. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2003) - A análise macroeconômica — incluindo-se aí a mensuração dos grandes agregados — é fundamental à compreensão do funcionamento das economias de mercado. Acerca desse assunto, julgue o item subsequente.

A eventual contratação de engenheiros ingleses e venezuelanos para trabalhar na recuperação da indústria petrolífera no Iraque expandiria o produto interno bruto (PIB) iraquiano, porém não alteraria a renda nacional bruta desse país.

19. (CESPE - Diplomata (Terceiro Secretário) - 2003) - Em um mundo globalizado, o estudo da teoria do comércio internacional é imprescindível à compreensão dos fenômenos econômicos. A esse respeito, julgue o item que se segue.

Se o investimento doméstico excede a poupança doméstica, então, o investimento líquido é positivo e a economia apresenta um excedente na balança comercial.

20. (CESPE/Unb – Banco da Amazônia – 2010) - O crescimento do produto interno bruto (PIB) é consequência do crescimento das empresas situadas dentro do país, independentemente de serem nacionais ou multinacionais.

21. (CESPE/Unb – Especialista em Regulação de Serv. Púb. de Telecomunicações – ANATEL – 2009) - No sistema de contas nacionais, há identidade entre o conceito de produto nacional líquido, a preços de mercado, e o de renda nacional. Ao se descontar desta os tributos diretos líquidos, obtém-se a renda pessoal disponível.

22. (CESPE/Unb – Analista de Comércio Exterior – MDIC – 2008) - Os lucros auferidos pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil, assim como a importação de matérias-primas industriais dessas empresas, são computados no PIB brasileiro.

23. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - O produto interno bruto (PIB), que constitui um estoque de bens e serviços, representa uma forma de mensuração da riqueza de um país.

24. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - Nos países em desenvolvimento, o produto nacional bruto (PNB) é superior ao PIB porque as empresas multinacionais, que produzem uma parcela expressiva da oferta de bens e serviços nesses países, repatriam seus lucros para o país de origem.

25. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - Impostos e subsídios não são contabilizados na renda nacional porque não representam contrapartida de bens e serviços.

26. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - Transferências realizadas no âmbito de programas redistributivos para famílias de baixa renda elevam a renda disponível da economia.

27. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2008) - As compras de bens e serviços dos turistas norte-americanos no Rio de Janeiro são registradas na contabilidade nacional, simultaneamente, como despesa de consumo e como importação de mercadorias.
28. (CESPE/Unb – Ciências Econômicas – UEPA – 2008) - A queda recente do valor das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, por reduzir o valor do investimento, diminui o estoque de capital da economia brasileira, restringindo, assim, as possibilidades de crescimento do país.
29. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2009) - A redução substancial das remessas dos brasileiros, que trabalham no exterior, para seus familiares no Brasil, decorrente do aumento do desemprego provocado pela crise econômica mundial, diminui a renda interna bruta do Brasil contribuindo, assim, para expandir o quadro recessivo no país.
30. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2009) - Os lucros auferidos por uma fábrica de carros em Porto Real-RJ são incluídos, simultaneamente, no produto interno bruto (PIB) e no produto nacional brasileiro (PNB).
31. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2009) - De acordo com a identidade básica da contabilidade nacional, aumentos no déficit público, por contraírem a poupança doméstica, reduzem, inequivocamente, os recursos destinados aos gastos de investimento.
32. (CESPE/Unb – Analista de Controle Externo – TCE/AC – 2009) - Pagamentos de pensões e aposentadorias para funcionários públicos federais, por representarem despesas do governo central, são contabilizados no PIB, computado sob a ótica da despesa.
33. (CESPE/Unb - Escrivão de Polícia Federal – 1999) – O dinheiro depositado por uma família em uma caderneta de poupança, junto a um banco comercial, quando utilizado para compra um apartamento usado, é computado, simultaneamente, como poupança e investimento.
34. (CESPE/Unb - Economista Júnior – PETROBRAS 2001) – A queda do valor das ações das empresas, recentemente observada no mercado acionário brasileiro, causa uma diminuição no investimento, reduzindo, assim, o produto interno bruto (PIB).
35. (CESPE/Unb - Economista – FUNCAP/PA 2004) – A mensuração do PIB pela ótica da despesa não deve levar em conta as vendas externas porque elas não representam gastos dos residentes no país.
36. (CESPE/Unb - Economista – SEAD/PRODEPA 2004) – Contrariamente ao conceito de Produto Interno Bruto (PIB), que é geograficamente delimitado, o de Produto Nacional Bruto (PNB) inclui a produção e a renda nacionais, geradas tanto no país como no exterior.

37. (CESPE/Unb - Analista Ministerial Especializado – MPE/TO 2006) – É inadequado medir o bem-estar pelo Produto Interno Bruto (PIB), o qual não inclui os prejuízos causados pelos danos ambientais e tampouco leva em consideração o valor do lazer.

38. (CESPE/Unb - Analista Ministerial Especializado – MPE/TO 2006) – Os recursos destinados ao pagamento dos salários do Ministério Público Estadual do Tocantins não são registrados na contabilidade nacional como gastos do governo, em razão de não constituírem aquisição de bens e serviços.

39. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - Segundo a ótica do valor adicionado, o preço dos ônibus adquiridos pelas empresas do setor de transporte urbano não é computado no cálculo do PIB desse setor.

40. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - Pela ótica da renda, o cálculo do PIB do setor de transporte inclui os salários pagos para os motoristas dos ônibus das empresas desse setor.

41. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - Se o capital de uma empresa de transporte urbano for totalmente internacional (empresa multinacional), o valor da produção dessa empresa não deve entrar no cálculo do PIB.

42. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - No cálculo do PIB, não se considera a excessiva poluição dos ônibus de transporte urbano, que é um problema do setor.

43. (CESPE/Unb – Economista – DFTRANS – 2008) - Por melhorar o bem-estar da população, contemplando uma demanda até então não atendida, o transporte público clandestino tem sido considerado no cálculo do PIB.

44. (CESPE/Unb - Analista de Infraestrutura - MPOG 2010) - Há transações que aparecem no mercado, mas estão excluídas do produto nacional, como o autoconsumo em propriedade agrícola, e transações que não aparecem no mercado, mas são computadas no produto nacional, como os pagamentos de pensões e reformas.

45. (CESPE/Unb - Analista de Infraestrutura - MPOG 2010) - Considerando que o quadro abaixo apresenta as contas de determinado ente ao final de um período, é correto afirmar que o produto interno desse ente, a preços de mercado, foi de R\$ 1.500,00.

Contas	Saldos
salários pagos	500
outras remunerações de fatores de produção	800
depreciações	70
subvenções (às empresas)	25
tributos diretos	125

tributos indiretos	290
transferências (às famílias)	60
renda enviada menos renda recebida do exterior	65

46. (CESPE/Unb – Economista - MPU – 2010) - Um superávit em transações correntes implica poupança externa negativa.

47. (CESPE/Unb – Economista - MPU – 2010) - Um país com 200 bilhões de produto nacional bruto a custo de fatores (PNBcf), 10 bilhões em impostos indiretos, 5 bilhões em subsídios e 3 bilhões em renda líquida enviada ao exterior (RLEV) tem 213 bilhões como produto interno bruto a preços de mercado.

48. (CESPE/Unb – Economista - MPU – 2010) - Considera-se poupança bruta, a soma da poupança do setor privado, da poupança do governo e da poupança externa.

49. (CESPE/Unb – Analista – ECT – 2011) - Na ótica da renda, o produto interno bruto a preços de mercado é decomposto em: renda pessoal disponível, renda bruta disponível nas empresas, renda líquida do governo e renda líquida enviada ao exterior.

50. (CESPE/Unb – Economista – STM – 2011) - A ampliação de programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, não altera as receitas do governo, mas contribui para elevar a carga tributária líquida.

51. (CESPE/Unb – Economista – STM – 2011) - Os gastos do governo com a implantação de uma nova unidade médica, exceto aqueles referentes aos pagamentos dos médicos e demais funcionários públicos, são contabilizados como gastos governamentais e, como tais, contribuem para elevar tanto o produto interno como a renda disponível do período.

52. (CESPE/Unb – Economista – STM – 2011) - Quando acionistas brasileiros recebem dividendos pagos por uma empresa norte-americana, ocorre aumento do produto nacional bruto.

GABARITO

1	E
2	E
3	C
4	E
5	C
6	C

7	E
8	C
9	E
10	E
11	B
12	E
13	E
14	E
15	E
16	C
17	E
18	C
19	E
20	C
21	E
22	E
23	E
24	E
25	E
26	C
27	E
28	E
29	E
30	E
31	E
32	E
33	E
34	E
35	E
36	C
37	C
38	E
39	C
40	C
41	E
42	C
43	E
44	E
45	E
46	C
47	E
48	E
49	C
50	E
51	E
52	C

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.